



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ELIZABETH RODRIGUES DA COSTA

**A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA NORTEADORA DA EDUCAÇÃO DE MENINAS
DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS” (1953-1970)**

**ABAETETUBA – PA
2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ELIZABETH RODRIGUES DA COSTA

A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA NORTEADORA DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO
EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS” (1953-1970)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em
Pedagogia, sob a orientação da Prof. Dra. Maria do
Socorro Pereira Lima.

ABAETETUBA – PA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS - FAECS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ELIZABETH RODRIGUES DA COSTA

A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA NORTEADORA DA EDUCAÇÃO DE MENINAS DO
EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS” (1953-1970)

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima – UFPA

Orientadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – CAAB/UFPA

Prof. Dra. Joyce Otânia Seixas Ribeiro

Examinadora - Faculdade de Educação e Ciências Sociais – CAAB/UFPA

Prof. Dr. Jadson Fenando Garcia Gonçalves

Examinador – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – CAAB/UFPA

ABAETETUBA – PA
2019

DEDICATÓRIA

A Deus, à minha maravilhosa família, à minha grande amiga Joelma, parceira de grandes momentos acadêmicos e pessoais, e à Prof. Dra. Maria do Socorro, com a qual aprendi grandes lições.

AGRADECIMENTOS

Poucas pessoas da minha família conseguiram passar em uma Universidade Pública, por isso, sou grata a Deus por ter conseguido. O caminho trilhado até o final do curso não foi fácil, mas sei que em cada momento Deus esteve presente, me ajudando, me acalmando e me animando.

A minha orientadora Prof. Dr. Maria do Socorro Pereira Lima que fornecia seu tempo, seus livros e seus ótimos conselhos para me ajudar a crescer como pesquisadora, e ela sem dúvida foi crucial para a conclusão do meu TCC.

Gratidão eterna terei sempre pela minha mãe Maria do Socorro e meu pai José Elias, que mesmo com poucos recursos financeiros eles sempre davam um jeito de arrumar uma quantia para que eu pudesse pagar apostilas e passagens, e nas horas mais difíceis da vida acadêmica, minha mãe foi um grande suporte no qual eu pudesse continuar firme no curso. Na verdade, ela sempre acreditou em mim, até mais do que eu.

Aos meus irmãos Joel e Elizângela que me apoiaram e me ajudaram de forma significativa.

Á minha grande amiga Joelma que tenho uma admiração imensurável, que me ensinou que os bons resultados são obtidos por foco, determinação e esforço, habilidades que ela tem de sobra. Passamos por muitos perrengues na universidade, mas nada que uma boa dose de humor para aliviar as tensões acadêmicas. Ela me ajudou muito na universidade e aprendemos juntas diversos conhecimentos para a nossa formação.

Ao meu namorado Daniel, que me ajudou de muitas formas no meu percurso acadêmico, e nos momentos mais complicados, ele sempre tinha uma boa palavra para me acalmar e me encorajar a não desistir. Te amo muito, meu amor!

Á minha avó, que me acolheu em sua casa para que eu pudesse estudar, sem precisar gastar com tanto dinheiro com transporte e comida. Ela durante meus primeiros anos na UFPA em que precisei morar na cidade, cuidou de mim e me apoiou.

Á minha tia Marta que me deu várias caronas de ida e volta de Abaetetuba quando eu não tinha dinheiro e nem passes para pegar ônibus, fora os biscoitos deliciosos de coco que ela me dava para comer na viagem ou merendar depois da aula.

Ao meu primo Samuel que comprou vinte rifas minhas só para me ajudar numa viagem acadêmica até o Maranhão, no intuito de apresentar o meu artigo. Aos meus queridos primos Marcos, Madson e Mavelly que me ajudaram muito quando morei em Abaetetuba, para poder

frequentar a universidade. Assim como alguns tios, que direta ou indiretamente me ajudaram de alguma forma, aliás, muitas pessoas da minha família me ajudaram muito nesse percurso.

Á minha turma de Pedagogia 2015 vespertino que de diversas formas me ajudou, me ensinou e me encorajou durante o curso. Sem dúvida, essa turma é repleta de grandes personagens. Aos professores que passaram pela nossa turma, em que muitos deram suporte teórico, autônomo e reflexivo, outros arrumaram confusões com a turma, mas serviram para ensinar que as pessoas convergem entre concepções, teorias e ações, todavia é necessário sempre buscar o conhecimento, para não ser tomado por qualquer princípio teórico.

[...] Logo que foi avistado pela multidão que se aglomerava na ponte, ouviu-se o estrépito de inúmeros foguetes estourando no ar e o som festivo de uma afinada banda de música rompeu em notas vibrantes, enchendo de alegria o ambiente àquela hora matinal. Por que era assim tão festivamente recebido o motor “Chiquinho Ferreira”? Que novidade extraordinária teria dado ensejo para tanto regozijo a sua entrada no porto de Abaetetuba? É que fora ele o vaso escolhido para levar àquela boa gente ao objetivo de suas ardentes aspirações, isto é, as Religiosas que iam afinal fundar o colégio há tanto tempo desejado [...] (FUNDAÇÃO DO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS, 1953).

RESUMO

A presente pesquisa visa abordar a concepção pedagógica do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” na cidade de Abaetetuba, no período de 1953 a 1970. Criado pelas Missionárias Capuchinhas por intermédio dos poderes municipais e eclesiásticos, a instituição a princípio voltou seus trabalhos educativos para o público feminino, dispondo do ensino primário, que foi o primeiro curso oferecido pelas religiosas para atender as meninas abaetetubenses. Além disso, o estabelecimento de ensino teve o apoio da comunidade local por se tratar de uma instituição religiosa que dispunha de uma educação diferenciada. Além do cunho religioso, o Educandário se destacava como uma instituição privada, assistencialista e educacional. Com base nisso, as questões norteadoras da pesquisa são: Quais as funções pedagógicas assumidas pelas irmãs no funcionamento do estabelecimento? Quais os métodos que orientavam as práticas educativas em sala de aula? Quais as disciplinas e suas ementas? E ainda, quais as práticas avaliativas do ensino-aprendizagem? Para tentar responder tais questionamentos, a pesquisa tem como principal objetivo analisar os princípios norteadores da proposta pedagógica que orientava o ensino primário de meninas no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1953-1970). Sendo este objetivo distribuído da seguinte forma: identificar as funções pedagógicas assumidas pelas irmãs no funcionamento do estabelecimento; identificar os métodos que orientavam as práticas educativas em sala de aula, listar as disciplinas e conhecer as práticas avaliativas do ensino-aprendizagem. Partindo desses objetivos, buscou-se respostas na documentação produzida pela própria instituição, de modo que viesse elucidar os motivos que levaram a origem do colégio no município de Abaetetuba e principalmente a concepção educativa das religiosas. A análise do período investigado foi feita com base na nova história Cultural defendida por Chartier, que proporciona ao pesquisador analisar de diferentes formas os fatos e acontecimentos singulares de uma determinada sociedade. Os dados encontrados na pesquisa, revelam que os princípios norteadores da instituição, visavam uma educação pautada em princípios religiosos da igreja católica, assim como, a formação de meninas para se tornarem futuramente mulheres encaixadas nos pressupostos dos anseios sociais da época, apoiados pelo Estado e pela igreja. As religiosas que administravam o colégio, além das funções de professoras, mestras, Superiora, diretora e secretária, desempenharam outras funções que envolviam missão para além dos portões do colégio. O currículo do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” incluía disciplinas como português, história, geografia, aritmética, ciências e religião e as seguintes práticas educativas: Educação Moral e Cívica, Jogos, Recreação e Música. As práticas avaliativas eram realizadas apenas por verificação de notas das provas realizadas pelas alunas para a promoção da série seguinte ou conclusão de curso. As prescrições encontradas nos documentos do Educandário que iam desde os métodos pedagógicos em sala de aula, disciplinas e práticas avaliativas, revelam que a instituição visava formar meninas nos pressupostos de uma educação, que além da base religiosa, valorizava o ideal feminino propagado no período, de forma que as alunas fossem formadas para desempenharem seu papel como futuras mães, esposas e do lar.

Palavras-Chaves: Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil; Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”; Educação Feminina; Abaetetuba.

ABSTRACT

The present research aims at approaching the pedagogical conception of the "Our Lady of the Angels" Educandário in the city of Abaetetuba, from 1953 to 1970. Created by the Capuchin Missionaries through the municipal and ecclesiastical powers, the institution initially returned its educational works to the female population, with primary education, which was the first course offered by the nuns to attend the abaetetubenses girls. In addition, the educational establishment had the support of the local community because it was a religious institution that had a differentiated education. Besides the religious aspect, the Educandário stood out as a private institution assistentialist and educational. Based on this, the guiding questions of the research are: What are the pedagogical functions assumed by the sisters in the functioning of the establishment? What methods were used to guide classroom practices? What disciplines? And, what are the evaluative practices of teaching-learning? In order to answer such questions, the main objective of the research is to analyze the guiding principles of the pedagogical proposal that guided the primary education of girls in the "Our Lady of the Angels" Educandário (1953-1970). This objective is distributed as follows: identify the pedagogical functions assumed by the sisters in the functioning of the establishment; to identify the methods that guided the educational practices in the classroom, to list the disciplines and to know the evaluative practices of teaching-learning. Based on these objectives, we sought answers in the documentation produced by the institution itself, so that it would elucidate the reasons that led to the origin of the college in the municipality of Abaetetuba and especially the educative conception of the nuns. The analysis of the period investigated was made based on the new Cultural history defended by Chartier, that allows to the investigator to analyze of different forms the unique facts and happenings of a determined society. The data found in the research reveal that the guiding principles of the institution aimed at an education based on religious principles of the Catholic Church, as well as the formation of girls to become women in the future presupposed of the social desires of the time, supported by the State and by the church. The sisters who administered the college, besides the functions of teachers, Superior, director and secretary, performed other functions that involved mission beyond the gates of the college. The "Our Lady of the Angels" curriculum includes subjects such as Portuguese, history, geography, arithmetic, science and religion, and the following educational practices: Moral and Civic Education, Games, Recreation and Music. The evaluation practices were carried out only by verifying notes of the tests carried out by the students for the promotion of the following series or course conclusion. The prescriptions found in the documents of Educandário, ranging from classroom teaching methods, disciplines and evaluative practices, reveal that the institution aimed to train girls in the presuppositions of an education that, besides the religious base, valued the feminine ideal propagated in the period, so that the students were formed to play their role as future mothers, wives and the home.

Key Words: Sisters of the Third Capuchin of Brazil; Educandário "Our Lady of the Angels"; Women's Education; Abaetetuba.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01 – Fundadoras do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”. | 34 |
| Figura 02 – Prefeito da cidade de Abaetetuba. | 35 |
| Figura 03 – Foto do Frei José de Manaus. | 35 |
| Figura 04 – A chegada das Missionárias Capuchinhas para a Inauguração do Colégio. | 36 |
| Figura 05 – O Primeiro prédio doado para os trabalhos educativos das Capuchinhas. | 41 |
| Figura 06 – Curso Secundário. | 42 |
| Figura 07 – Denominação do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos”. | 42 |
| Figura 08 – Abertura do Curso Ginásial. | 43 |
| Figura 09 – Curso Catequético. | 46 |
| Figura 10 – Comemoração da fundação dos centros de catecismo. | 47 |
| Figura 11 – Homenagens aos velhinhos pobres. | 48 |
| Figura 12 – Objetivos do Educandário Nossa Senhora dos Anjos. | 52 |
| Figura 13 – Conhecimentos religiosos. | 57 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|---------|
| Quadro 1 – Disciplinas do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”. | 55 - 56 |
|--|---------|

LISTA DE SIGLAS

AIMCA. Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas.

INSA. Instituto Nossa Senhora dos Anjos.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| SEÇÃO I - A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL E AS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS | 22 |
| 1.1. O Acesso das mulheres na vida religiosa e escolar: um breve apanhado histórico | 22 |
| 1.2. As Missionárias Capuchinhas no Brasil e sua missão educativa..... | 28 |
| 1.3. A chegada das Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil ao Município de Abaetetuba..... | 31 |
| SEÇÃO II - PROPOSTA PEDAGÓGICA ADOTADA PELAS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS NO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS” | 39 |
| 2.1. Os primeiros passos para o colégio e a nomeação de Instituto Nossa Senhora dos Anjos | 39 |
| 2.2. Funções Pedagógicas Assumidas pelas Irmãs no funcionamento do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”..... | 45 |
| 2.2.1. Funções para além dos portões | 47 |
| 2.3. Os Princípios Norteadores da Educação de Meninas no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos..... | 49 |
| 2.4. O Currículo do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” | 52 |
| 2.5. Concepções e Práticas Avaliativas do Ensino Aprendizagem..... | 59 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 633 |
| REFERÊNCIAS | 666 |
| APÊNDICE | 70 |
| ANEXO | 73 |

INTRODUÇÃO

Este estudo originou-se do plano de trabalho intitulado “A Concepção Pedagógica Norteadora da Educação de Meninas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (1970-1980)”, o qual faz parte do projeto de pesquisa denominado “História e Memória do Instituto Nossa Senhora dos Anjos: o impacto na ação educacional de meninas abaetetubenses (1953-1980)”. Em vista disso, a pesquisa em questão investiga a concepção pedagógica ligada a educação feminina na referida instituição.

O Instituto Nossa Senhora dos Anjos foi criado no município de Abaetetuba pela Associação das Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil, todavia, antes de ser denominado Instituto “Nossa Senhora dos Anjos”, o colégio recebeu anteriormente outras nomenclaturas, tendo no início de sua fundação o nome de Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”.

A partir do plano de trabalho, levando em consideração a relevância da temática, surgiu a necessidade de investigar um período anterior ao proposto no plano, a fim de elucidar a finalidade da criação do Instituto Nossa Senhora dos Anjos na cidade de Abaetetuba e como era desenvolvido o trabalho educacional das Missionárias Capuchinhas, no que tange a educação de meninas abaetetubenses. Sobre esse viés, surgiu os seguintes questionamentos: Quais as funções pedagógicas assumidas pelas irmãs no funcionamento do estabelecimento? Quais os métodos que orientavam as práticas educativas em sala de aula? Quais as disciplinas? E ainda, quais as práticas avaliativas do ensino-aprendizagem?

Em meados do século XX, período inicial da atuação educacional das missionárias Capuchinhas na cidade de Abaetetuba, a educação feminina se caracterizava pela formação moral, religiosa e doméstica, com a intenção de preparar as alunas desde cedo para futuramente desempenharem o papel de mãe e dona de casa, a luz dos princípios religiosos ligados à igreja católica.

Esses traços da educação feminina ainda relacionada à vida doméstica, são frutos de uma construção social que reverberou para outros contextos, como no caso do período colonial, em que a alfabetização era destinada somente para o público masculino, filhos dos colonos e dos indígenas, enquanto que para as mulheres era designado somente os afazeres domésticos, que em tese apontavam para o cuidado dos filhos, do esposo e do lar.

Ribeiro (2010) revela que no decurso de 322 anos, que corresponde de 1500 a 1822, período em que Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina estava geralmente limitada aos cuidados com a casa, com o marido e com os filhos. Nessa época, a instrução era reservada somente para os filhos/homens dos indígenas e dos colonos.

Portanto, as primeiras iniciativas de criar instituições educacionais no Brasil não tinham a mulher como alvo da alfabetização e sim homens, os quais eram considerados o foco dos anseios sociais do projeto de colonização portuguesa.

Em vista disso, as mulheres enfrentaram muitas barreiras até conseguirem o direito de serem alfabetizadas, e isso só ocorreu à medida que a educação feminina foi sendo considerada significativa diante de uma sociedade marcada pela importância masculina no corpo social.

Dessa forma, segundo Ribeiro (2010), os poucos lugares que as mulheres poderiam aprender a ler e escrever eram os conventos:

[...] e, normalmente, o ensino da leitura e da escrita era ministrado ao lado da música, do canto-chão, do órgão e dos trabalhos domésticos, principalmente o preparo de doces e de flores artificiais. Não havendo um sistema formal de educação para as mulheres, foi nos conventos que passaram a ser educadas (RIBEIRO, 2010, p. 87).

Com base nisso, as propostas pedagógicas adotadas nos conventos para educação feminina, além da base cristã, ainda estavam ligadas à ideia de que a mulher deveria ser preparada para os afazeres domésticos. Nesse interim, as Ordens religiosas formadas por mulheres, mesmo que gradualmente, foram ganhando espaço no meio religioso e educacional no Brasil, pois as freiras foram sendo consideradas importantes na formação feminina ligada aos ideais propagados na época.

Louro (2004) destaca, que desde o período colonial até adesão do período republicano no Brasil, mesmo com os avanços do ingresso da mulher na escola, a formação destinada para ela ainda estava focada na ideia de que a mulher deveria ser formada sobre uma base cristã da igreja católica e para o lar, tornando-se exemplo de mulher cristã, mãe, esposa e dona de casa. Todavia, mesmo que o foco educacional destinado às mulheres ainda fossem os afazeres domésticos, a mulher conseguiu o direito de aprender a ler e escrever no decorrer do tempo.

Dessa maneira, mesmo com os avanços nas propostas educacionais femininas no Brasil, a ideia de formação educativa para mulheres ainda estava enraizada na concepção de que a mulher deveria ser formada para os afazeres domésticos, partindo de uma boa base cristã.

Tendo em vista essas mudanças na educação feminina ao longo do tempo, esta pesquisa é importante por revelar a concepção pedagógica proposta no colégio fundado pelas Missionárias Capuchinhas para educação de meninas abagetubenses, que por sinal, estava vinculada a esses princípios, ainda que o período já registrasse iniciativas avançadas do papel da mulher na sociedade caracterizada como moderna.

Com base nessa tessitura inicial, o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” foi fundado em meados da década de 1950, com o propósito de cuidar prioritariamente da educação

feminina no município de Abaetetuba, por intermédio dos poderes municipais e eclesiásticos, que possibilitaram a vinda das irmãs para criação do colégio no referido município.

É importante destacar que a nomenclatura intitulada Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” dispendo do ensino primário, foi o primeiro curso oferecido pelas religiosas para atender as meninas abaetetubenses. Além disso, o estabelecimento de ensino teve o apoio da comunidade local por se tratar de uma instituição religiosa que dispunha de uma educação diferenciada, e que além do cunho religioso, o Educandário se destacava como uma instituição privada, assistencialista e educacional.

Baseado na história educacional desta instituição, este estudo objetivou analisar os princípios norteadores da proposta pedagógica que orientava o ensino primário de meninas no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1953-1970). Sendo este objetivo distribuído da seguinte forma: identificar as funções pedagógicas assumidas pelas irmãs no funcionamento do estabelecimento; identificar os métodos que orientavam as práticas educativas em sala de aula; listar as disciplinas e conhecer as práticas avaliativas do ensino-aprendizagem.

Em vista desses objetivos, a pesquisa apresenta-se como fundamental fonte de informação referente a história da educação na cidade de Abaetetuba, no que se refere a atuação das Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil, especificamente na criação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, oferecendo principalmente para meninas abaetetubenses uma educação diferenciada, pois, nesse período, a cidade não contava com uma instituição educativa de caráter religioso. Dessa forma, o estudo em questão apresenta uma relevância social, por abordar a história de uma instituição que há anos contribui com a educação da comunidade abaetetubense, que em sua maioria desconhece a história do Instituto supracitado.

Além disso, a pesquisa apresenta também uma relevância acadêmica por compreender uma rica fonte de conhecimentos históricos, que irão culminar em outras produções acadêmicas referentes à história educacional do Instituto “Nossa Senhora dos Anjos”, uma vez que são escassos estudos nessa área, bem como com a história da educação paraense.

Para a concretização dessa pesquisa foram utilizados estudos que trouxeram grandes contribuições principalmente no campo das análises e discussões, dos quais destacam-se: Chartier (1990) um dos representantes da história cultural, que trata de representação, prática e apropriação; Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) que trata da pesquisa documental; Nunes (2004) que aborda a vida religiosa da mulher no Brasil; Ribeiro (2010) que trata da educação da Mulher no período colonial; Gumieiro (2013) que faz um apanhado histórico das ordens religiosas no Brasil desde a colonização até o fim do período imperial e Jorge Machado (1986)

que aborda a história do município de Abaetetuba, ressaltando aspectos religiosos, econômicos e culturais.

A pesquisa tem seu amparo teórico-metodológico nos pressupostos da Nova História Cultural, a qual proporciona ao pesquisador analisar de diferentes formas os fatos e acontecimentos singulares de um dado momento histórico, isto é, “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler (CHARTEIR, 1990, p.17-16).

Desta forma, a história cultural do social toma por objeto as representações do mundo social, que traduzem as posições e interesses objetivamente confrontados e que simultaneamente, descrevem a sociedade como pensam que ela é ou até mesmo como desejariam que ela fosse, declara Chartier (1990).

Tomando por base isso, os estudos de Chartier subsidiam as análises referentes à concepção pedagógica que orientava a educação de meninas do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, no período delimitado, principalmente no que se refere a representação feminina vinculada as propostas educacionais do colégio.

Segundo o mesmo autor a relação de representação configura-se como sendo “uma imagem presente e de um objeto ausente” (CHARTIER, 1990, p. 21). Ou seja, uma imagem construída mesmo que esteja ausente, pode se revelar por meio de uma figura presente, que presentifica-se por intermédio de diferentes fontes de representações.

Logo, a representação feminina na concepção pedagógica do Educandário, ajuda a compreender que historicamente essa instituição foi norteadada por princípios e práticas pedagógicas ligadas a uma representação social, valorizada na sociedade da época.

Sendo assim a pesquisa em questão, trata da abordagem histórica referente à origem do Educandário Nossa Senhora dos Anjos e sua atuação na formação educacional de meninas abaetetubenses, de modo a buscar respostas na documentação produzida pela própria instituição, elucidando os motivos que levaram a origem do colégio no município de Abaetetuba e principalmente a concepção educativa das religiosas, com a intenção de conhecer o ideal de formação educacional adotado pelas irmãs na instituição supracitada.

Para efeito disso, Chartier (1990) considera que:

Todo trabalho que se propõe identificar o modo como as configurações inscritas nos textos, que dão lugar a séries, construíram representações aceitas ou impostas do mundo social, não podem deixar de subscrever o projeto e colocar a questão, essencial, das modalidades da sua recepção (CHARTIER, 1990, p. 24).

Ou seja, os textos são constituídos de discursos que visam modelar ações ou interiorizar compreensões de mundo nos sujeitos que se apropriam desses discursos, que são refletidos nos textos, os quais correspondem a um determinado período, e que por isso, reproduzem dadas representações sociais.

O trabalho histórico, deve designar reconhecimento de paradigmas da leitura considerados válidos para uma comunidade de leitores em um dado momento histórico ou em um lugar determinado. Pois, cada maneira de ler propicia gestos singulares; os seus próprios usos do livro, o seu texto de referência, cuja compreensão se torna modelo para todas as outras. Dessa forma, a caracterização é, portanto, indispensável a toda abordagem que vise reconstituir o modo como os textos podiam ser compreendidos, aprendidos e manejados¹.

Com base nisso, os documentos do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, possibilitam compreender a representação feminina idealizada no período delimitado deste estudo, por meio dos discursos e práticas encontradas de forma implícita ou explícita nas documentações produzidos na época. E como a principal fonte de pesquisa deste estudo são as documentações referente ao ensino primário, esta pesquisa de cunho documental, que segundo Tozoni-Reis (2009):

A pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial, etc.). Isso significa dizer que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizada nos documentos, que exigem, para a produção de conhecimentos, uma análise (TOZONI-REIS, 2009, p. 41).

Com base neste excerto, os documentos utilizados neste estudo contribuirão para elucidar os objetivos propostos nesta pesquisa. Além de constituírem a principal fonte de investigação, as documentações transmitem um valor significativo no processo de coleta dos dados, Sá-Silva; Almeida e Guindani (2009) consideram que os documentos no manuseio apresentam um valor estimável, pois possuem uma gama de informações que deles podem se extrair e resgatar, possibilitando ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Dessa maneira, os documentos permitem ao pesquisador se situar em um determinado contexto, que pode ser entendido por meio dos documentos produzidos na época. Com base nisso, os documentos da instituição possibilitam a compreensão do percurso histórico da própria instituição.

¹ Baseado nos estudos Chartier (1990) que exemplifica alguns livros de referência, como: a Bíblia, a Nouvelle Héloïse, o Grande e o pequeno Alberto).

A pesquisa documental ainda apresenta uma outra característica significativa para o pesquisador, que segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), “[...] recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias”. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6). Valendo-se disso, os documentos da instituição pesquisada são considerados fontes primárias de investigação, pois, se caracterizam como registros oficiais da época.² Em concordância com esse pensamento, Marconi e Lakatos (2017) enfatizam:

Os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações [...] podem ser encontrados em arquivos públicos ou particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 33).

Sob esse aspecto, os documentos analisados neste trabalho são considerados fontes primárias de informação, pois, os documentos disponíveis no arquivo da instituição são documentos particulares, haja vista que, se encontram resguardados aos cuidados das religiosas que na atualidade gerenciam o instituto.

Nesse processo, a coleta de dados foi realizada a partir das seguintes documentações: Estatutos do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” Internato e Externato (1953), Livro de Ocorrências INSA, Regimento Interno do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos (1968), INSA 25 anos e outros documentos concernente a fundação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1953).

O caminho traçado em busca dessas documentações não foi fácil, tendo em vista que se trata de documentos oficiais da instituição, como foi mencionado anteriormente. Nessas circunstâncias, o desafio principal estava ligado ao manuseio dos documentos que estavam misturados em diferentes pastas e sem a devida identificação, o que demandou um tempo preciso para tratá-los cuidadosamente, separando-os e organizando-os de acordo com o interesse da pesquisa.

Tratando-se da condição que eles se encontravam, a maioria apresentava páginas bastantes frágeis por causa do tempo; outros documentos estavam começando a se deteriorar; outros tinham a cor amarelada e soltavam um pouco de pó, contudo, os documentos que estavam mais conservados eram os que haviam sido escritos manualmente, assim como os Regimentos Internos. Como consequência disso, devido alguns dos documentos estarem bastantes frágeis e velhos, não tinha como fazer o escaneamento e cópias deles, então foi preciso

² É importante informar que a instituição investigada não tinha o hábito de disponibilizar os documentos institucionais para fins científicos, logo, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa inédita.

tirar fotos. E como o número de documentos era bastante extenso para as análises, foram necessários vários dias de visitas à instituição, resultando em praticamente dois meses ou mais de ida até o arquivo.

Depois da análise dos documentos, constatou-se que faltava alguns documentos que pudessem esclarecer como funcionava alguns cursos criados ao longo do tempo no Instituto Nossa Senhora dos Anjos, como Estatutos ou Regimento do Curso Normal, além de outros documentos que estavam riscados e incompletos, além de outros que estavam misturados com diferentes documentos, que não serviram como fontes para a pesquisa.

Devido a esses embates da documentação, que pudessem explicitar todos os diversos níveis de ensino ao longo do desenvolvimento da instituição na cidade, esta pesquisa procurou focar no ensino primário, que foi o primeiro nível de ensino ofertado na implantação do intitulado Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, sendo a primeira nomenclatura oficial dirigida pelas Missionárias Capuchinhas no município de Abaetetuba.

A partir da leitura e pesquisas documentais da época relacionados aos principais pontos dos objetivos descritos anteriormente, pode-se compreender a origem do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, revelando como foi estruturado o ensino e a proposta educacional adotada para a formação educacional feminina.

Diante das mediações propostas inicialmente, a pesquisa procurou trazer uma análise crítica do contexto investigado, considerando outras análises travadas na bibliografia produzida sobre o período estudado, principalmente ao que se refere a concepção de educação feminina proposta em instituições com bases religiosas.

Com base nisso, este trabalho está estruturado da seguinte maneira:

A Seção I intitulada **A educação feminina no Brasil e a Missionárias Capuchinhas** visa abordar um breve histórico das primeiras instituições educacionais no Brasil, sobretudo as de caráter religioso, percorrendo desde a inserção da mulher na vida religiosa até o ingresso desses sujeitos nos estabelecimentos de ensino. Sendo assim, esta seção compreende as concepções educacionais que eram norteadoras da educação feminina ao longo da história. A partir desse contexto o principal objetivo é abordar a chegada das missionárias capuchinhas no Pará e conseqüentemente no município de Abaetetuba, o que resultou na criação de um colégio para atender ao público feminino.

A Seção II, por sua vez, foi intitulada **Proposta pedagógica adotada pelas Missionárias Capuchinhas no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”**, que investiga a concepção pedagógica feminina adotada pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas, no que concerne as funções pedagógicas assumidas pelas irmãs, as práticas educativas desenvolvidas

em sala de aula, as disciplinas e práticas educativas encontradas no currículo escolar e as práticas avaliativas do ensino aprendizagem. De um modo geral, esta seção compreende o campo das análises e discussões que pretendem analisar a proposta pedagógica adotada no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”.

Por último, apresento as considerações finais versando os principais pontos evidenciados na pesquisa, a saber: a concepção pedagógica das Missionárias Capuchinhas no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, destacando inclusive, a importância da vinda das religiosas ao município de Abaetetuba para a formação educacional de meninas.

SEÇÃO I - A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL E AS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS

Esta seção compreende um breve contexto histórico da educação feminina no Brasil, considerando desde o período colonial até o período republicano, abordando sobretudo, os princípios que orientavam essa educação. Partindo dessa compreensão, esta seção também busca discorrer sobre a chegada das Missionárias Capuchinhas no estado do Pará e especificamente no município de Abaetetuba, com a criação de um colégio religioso almejado pela comunidade local. Para esse efeito, esta seção está dividida em três subseções: na primeira, apresento a inserção feminina no meio religioso e nos estabelecimentos de ensino no Brasil; na segunda, abordo resumidamente a atuação das Missionárias Capuchinhas na sociedade brasileira e alguns trabalhos desenvolvidos por elas no País; na última subseção, trato da chegada das Missionárias Capuchinhas no município de Abaetetuba e ainda da criação do colégio religioso nos primórdios dos anos 1950.

1.1. O Acesso das mulheres na vida religiosa e escolar: um breve apanhado histórico

Ao traçar os caminhos percorridos pelas instituições educacionais no Brasil, principalmente as de caráter religioso, não é difícil de compreender o que motivava essas instituições pelo País, elas tinham um compromisso com a obra missionária. Essa missão está enraizada na sociedade brasileira desde o movimento dos jesuítas, no período colonial, em que a educação era monopolizada pela Igreja Católica, que além de ensinar, instruía com um forte atributo religioso.

Chambouleyron (2010) aponta, que ao longo da história os jesuítas começaram a voltar seus olhares para formação dos jovens, que de acordo com os colonizadores, seriam bons condutores de preceitos defendidos pela ordem, como informa o fragmento a seguir:

Muito embora a companhia de Jesus houvesse nascido, na primeira metade do século XVI, como ordem essencialmente missionária, aos poucos foi também se transformando em uma “ordem docente”. De fato, a Ordem dos jesuítas pouco a pouco orientou seus esforços no sentido de se ocupar da formação, não só dos seus próprios membros, mas também da juventude (CHAMPOULEYROM, 2010, p. 56).

Nesse contexto, a Ordem dos jesuítas ampliou o seu público alvo, reconhecendo a importância da alfabetização para a eficácia o processo civilizatório, que intencionava converter os indígenas aos princípios religiosos da igreja católica, como enfatiza Nascimento (2007):

Não se pode esquecer que, apesar de os jesuítas serem os primeiros educadores enviados ao Brasil, estes não tinham o intuito de educar, mas sim de catequizar os indígenas, a fim de angariar trabalhadores para a Coroa. Eles estavam cientes de que, para converter os nativos à sua fé, seria necessário primeiramente alfabetizá-los. Assim, para atingir o objetivo jesuítico [...], era preciso começar a catequizar as crianças, porque nelas ainda não estavam enraizados os hábitos e costumes da cultura indígena, enquanto que o trabalho com os adultos tornava-se praticamente impossível, devido às suas crenças (NASCIMENTO, 2007, p. 185 - 186).

No cerne dessa formação, os jesuítas perceberam que as crianças seriam um alvo fácil de catequizar, pois, ainda não haviam aprendido tudo de sua própria cultura e poderiam internalizar com mais facilidade os ensinamentos católicos, como sendo a única verdade, que conseqüentemente, pretendia transformar a cultura dos pequenos indígenas.

Portanto, desde a chegada dos jesuítas em terras brasileiras, eles espalharam seus ideais religiosos e ganharam cada vez mais espaço, estabelecendo escolas e ensinando a leitura e a escrita, declara Paiva (2010).

Segundo Nascimento (2007), no intuito de civilizar os indígenas com os preceitos sociais do modelo português, os jesuítas os colocaram a serviço de seus anseios sociais, causando dessa forma, um grande impacto na rotina e na cultura dos indígenas³.

Dessa forma, desde o período colonial a sociedade brasileira estava marcada pela forte representação do homem, no que concerne aos anseios sociais designados para ele, principalmente no que tange a vida religiosa, em que se evidenciava a presença marcante dos homens, pois os primeiros grupos de educadores enviados para o Brasil eram formados apenas por homens, logo, o foco educacional dos jesuítas era o público masculino, como os colonos e todos os indígenas do sexo masculino⁴.

Conseqüentemente, essa atuação marcante masculina contribuiu para tardar a criação de conventos no país, pois segundo Ribeiro (2010), “os conventos surgiram no Brasil apenas na segunda metade do século XVII” (p.87). Contudo, a implantação desses conventos foi marcada por uma trajetória de muitos impasses e interesses sociais e políticos.

Sendo assim, de acordo com Gumieiro (2013), esse percurso das ordens religiosas no Brasil desde a colonização até o fim do período imperial, compreende que a mulher, aos poucos, começou a ganhar seu espaço no meio religioso, embora, a presença dos homens fosse mais evidente. Por essa razão, a ordem feminina era chamada de segunda ordem, tendo em vista que a primeira era sempre dos homens.

³ Agindo assim, a Igreja, através das Instituições Escolares que se espalhavam em vários lugares do território, foi marcando seu domínio. Os jesuítas foram decisivos para a subordinação pacífica de massa submissa às relações de produção que eram implantadas. [...] (Nascimento, 2007, p. 188).

⁴ Baseado nos pensamentos de Ribeiro (2010).

Outra dificuldade que a ordem religiosa feminina enfrentou no País era a implantação de conventos, que de acordo com os interesses políticos do governo português, visavam o “branqueamento” da geração local (marcada por indígenas e negros). Essa concepção pretendia provocar um processo migratório que contribuísse para a formação de um povo de pele branca; esse ideal poderia ficar comprometido se as mulheres brancas comessem a aderir aos conventos, o que tornaria difícil a efetivação do projeto de dominação colonial⁵.

Nunes (2004), ressalta que essa mistura de raças fora dos padrões não era vista como benéfica para os interesses da Coroa, porque:

[...] A formação de uma população mestiça, sem o contrapeso de uma população branca, de raízes lusitanas, seria perigosa e inquietante para os projetos da Coroa. Daí a necessidade de que mulheres brancas das classes altas, órfãs pobres, ou até mesmo prostitutas viessem de Portugal cumprir aqui sua função de reprodutoras biológicas e sociais. Era necessário procriar para garantir a hegemonia branca da Metrópole também na Colônia; era preciso gerar filhas e filhos de sua própria raça e classe. Os conventos representavam uma ameaça aos objetivos reais por retirar da sociedade parte de sua população potencialmente fértil (NUNES, 2004, p. 484).

Todavia, mesmo com os interesses de formar um povo de pele branca, seguindo um padrão europeu de sociedade, a inserção da mulher no meio religioso aos poucos começou a ganhar importância, em razão de que uma mulher inserida na vida religiosa para muitas famílias, poderia significar um incentivo valioso para enquadrar meninas a seguir uma vida honrada ou de interesses familiares.

Para as mulheres brancas das classes altas, os conventos foram um espaço contraditório. Funcionavam como instrumentos eficazes de regulação de casamentos. Quando se tornava difícil casar “bem” todas as filhas, atraindo jovens ricos, a solução era casar apenas uma e encerrar as outras num convento. Segundo informações da época, era comum encontrar vários membros da mesma família em um único convento. Assim, a riqueza e o poder político de um pequeno grupo de famílias eram preservados. Histórias de mulheres enclausuradas contra a própria vontade, nesse período, não faltam. Todas elas com ingredientes trágicos e romanescos: loucura, noivados abandonados, fortunas perdidas (NUNES, 2004, p. 486).

Isso indica que nesse período os conventos eram instrumentos de regulação de casamentos, preservação de riquezas e poder político, principalmente das famílias que eram constituídas por mulheres brancas da alta sociedade.

Essa era a realidade de muitas mulheres brancas da classe alta, que ao nascerem, já tinham sua vida pré-estabelecida⁶. Entretanto, muito embora as famílias traçassem um percurso

⁵ Afirma, Gumieiro (2013).

⁶ O termo “pré-estabelecida”, refere-se ao planejamento que muitas famílias projetavam para suas filhas, visando seu futuro como mulher. Porém, mesmo com as instruções impostas no decorrer do seu crescimento de criança, adolescente até se tornar mulher adulta, isso não significava que todas essas moças ao atingirem a idade suficiente para colocarem em prática os desígnios de suas famílias, fossem realmente aceitar as propostas almejadas para elas.

de vida para suas filhas, baseado no contexto social da época, isso não significava que muitas delas, quando se tornassem mulheres, concordariam com o ideal imposto por suas famílias, e que de alguma maneira, achariam uma forma de driblar esse destino ou se conformariam com uma vida indesejável.

Desse modo, que muitas outras mulheres encontraram nos conventos um meio de refúgio, procurando fugir de obrigações impostas por suas famílias e até por temerem maus-tratos por parte dos futuros maridos, como indica Nunes (2004):

Os conventos e recolhimentos não foram apenas espaços de submissão. As mulheres também os utilizaram a seu próprio favor em muitas situações: para escapar de um casamento não desejado, para realizar seu desejo de viver piedosamente. Houve aquelas que, refugiadas no claustro, pediram o divórcio de maridos que as maltratavam fisicamente ou dissipavam sua herança. As casas religiosas foram ainda, por muito tempo, um dos poucos lugares em que as mulheres aprendiam a ler e a escrever (NUNES, 2004, p. 488).

A autora também ressalta que além dos conventos serem utilizados a favor de algumas mulheres, era também um dos poucos espaços que elas poderiam aprender a ler e escrever. Esse fato se dava possivelmente, porque as primeiras iniciativas de constituir colégios no Brasil não tinham a mulher como alvo da alfabetização, independentemente de sua classe social, sendo o seu papel na sociedade apenas ao serviço do lar e da família, como enfatiza Ribeiro (2010):

Durante 322 anos – de 1500 a 1822 -, período em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos/homens dos indígenas e dos colonos. Esses últimos cuidavam dos negócios do pai, seguiam para a universidade de Coimbra ou se tornavam jesuítas. Tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever (RIBEIRO, 2010, p. 79).

Assim, a instrução educacional era destinada somente aos homens, sendo eles o foco das pretensões sociais da época, dessa forma, era vedado às mulheres o direito de serem alfabetizadas, designando para elas somente os afazeres do lar e do cuidado com a família.

Mas segundo Ribeiro (2010), as mulheres que tivessem dotes, poderiam escolher entrar nos conventos, como forma de desviar-se dos pais e dos maridos, além do que o ingresso nos conventos era a única maneira de estudar, para as quais desejavam.⁷

Se a vida das mulheres brancas de classe alta se dava desta maneira, no que se refere sua entrada ao convento, o que dirá das mulheres de outras classes, como conta Nunes (2004) no seguinte relato:

⁷ [...] e, normalmente, o ensino da leitura e da escrita era ministrado ao lado da música, do cantochão, do órgão e dos trabalhos domésticos, principalmente o preparo de doces e de flores artificiais. Não havendo um sistema formal de educação para as mulheres, foi nos conventos que passaram a ser educadas (RIBEIRO, 2010, p. 87).

Houve tentativas de se criar instituições religiosas para mulheres mestiças e para brancas pobres. Porém, até o final do século XVIII, registros históricos indicam que as permissões foram negadas. A justificativa da hierarquia católica, da Coroa portuguesa ou dos governadores para a exclusão das mestiças e negras era, além da exigência de “pureza de sangue”, sua “tendência acentuada a lascívia e a luxúria”. Esse tipo de preconceito, tão arraigado na cultura brasileira até os dias de hoje, considerando mulheres negras e mulatas mais sensuais do que as brancas, acabava por fazer delas o objeto de uma violência acentuada (NUNES, 2004, p. 489).

Indícios apontam que naquele período, numa sociedade marcada pela importância do homem, para a mulher, restava-lhe apenas o papel secundário, isso quando era de pele branca e família rica, pois uma mulher negra, mestiça ou de pele branca, porém pobre, restava menos ainda nesta lógica de sociedade marcada pelas exigências do modelo português, que discriminava uma mulher pela cor de sua pele, e ainda a violentava por isso, tudo isso em prol de uma sociedade extremamente branca e masculina, que carregava em si o ideal da pureza de sangue.

Como o destino da mulher branca de classe alta era os cuidados com o lar, filhos e marido, as primeiras a terem uma profissão foram as freiras, que segundo Nunes (2004):

No fim do século XIX as freiras já se encarregavam de inúmeras tarefas necessárias a sociedade, particularmente no campo da educação, da saúde e da assistência social. Afora as mulheres pobres, as freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão, quando ainda a maioria da população feminina era “do lar” (NUNES, 2004, p. 482).

Com base no exposto, a vida religiosa feminina enfrentou muitas barreiras no Brasil, até conseguir desenvolver com mais autonomia sua missão, porém, as transformações advindas da proclamação da República, possibilitaram novas oportunidades de atuação para as freiras, dando mais importância para o seu papel na sociedade. Nesse período,

As mulheres se beneficiaram de algumas iniciativas católicas dessa época, sobretudo no campo da educação, mas também com a criação das associações femininas de piedade. Dessas iniciativas, a mais carregada de efeitos para as mulheres foi a criação de uma rede formidável de escolas católicas, sob a direção de Religiosas estrangeiras. O século XIX presenciou ainda um desenvolvimento bastante rápido das “escolas para meninas”, que tiveram as religiosas como elementos fundamentais (NUNES, 2004, p. 491).

Com o passar do tempo, e o surgimento de novos preceitos sociais no incentivo do progresso do país, as freiras foram criando colégios e se adequando as necessidades de desenvolvimento da sociedade, sem perder o foco de sua missão evangelizadora. As religiosas também foram fundamentais na formação educacional feminina, visando uma educação moral e religiosa que refletia um padrão feminino associado com à vida doméstica, perfil idealizado naquele contexto.

Então, desde o período colonial a visão social de mulher estava respaldada por princípios morais e religiosos. Como salienta Louro (2004) ao analisar o ingresso da mulher na escola, levando em consideração a concepção educacional feminina desde o período colonial até o período republicano, revela que mesmo com o ganho das mulheres em ter o direito de serem alfabetizadas e poder frequentar o colégio, a formação destinada para elas, ainda se encontrava ligada ao pensamento de que a mulher deveria ser preparada para o lar, sendo exemplo de mulher cristã, boa esposa e mãe exemplar.

Com base nisso, o papel da mulher pretendido socialmente, estava anexado a um conjunto de ideias ligadas à submissão dos afazeres domésticos, e essa atribuição ganhou mais importância no período republicano, caracterizado pelos avanços de diversos setores sociais, como aponta Costa e Corrêa (2016):

Mediante os avanços suscitados com a modernidade, a indústria, o comércio, a construção civil, a urbanização e muitos outros setores necessitavam de mão de obra qualificada, e o governo republicano, conhecendo bem essas carências, tenta saná-las através da instrução ofertada nas instituições de ensino (COSTA; CORRÊA, 2016, p. 324).

Assim, a carência educacional do povo foi uma das consequências do período imperial, que objetivou apenas a instrução da elite, como descreve Moraes (2015):

[...] a educação era direcionada a grupos sociais específicos, no geral, proprietários de escravos dirigente. Outro ponto da educação ofertada no Império dizia respeito ao seu conteúdo ilustrado, como ênfase nas letras e artes, com vista à formação de uma elite dirigente (MORAES, 2015, p. 167).

Dessa forma, no período Imperial a educação estava voltada apenas para a elite, enquanto que o povo ficava isento desse direito. Em função de remediar essa situação, o governo republicano visava desenvolver intelectualmente o povo, no intuito de formar trabalhadores que viessem auxiliar no progresso do País.

Neste ínterim, a educação feminina era pensada também como forma de progredir o País, como evidencia Louro (2004):

[...] A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. [...] Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior.

Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão cristã tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo (LOURO, 2004, p. 447).

Tomando por base os apontamentos dessa autora, no que tange as atribuições dada à mulher na sua formação educacional, seu papel estava focado na contribuição social de progresso para o país, sendo educada para conduzir marido e filhos no ideal cidadão almejado para época⁸. Além do que, sua formação também deveria ter bases cristãs, revelando traços tradicionais na capacitação da mulher para atuar em sociedade, como educadora primária de seus filhos. Isso reflete a vida cheia de concepções moralizadoras que o período republicano objetivou para população, como forma de moldar o trabalhador rumo a ordem e ao progresso do País.

Portanto, o acesso da classe feminina tanto na vida religiosa quanto ao direito de ser alfabetizada, ocorreu de forma gradual, à medida que a importância de seu papel ia se encaixando nos ideais sociais marcados pelas estratégias de controle da população. Contudo, mesmo paulatinamente, as mulheres conseguiram ganhar espaço na sociedade marcada pela importância social do homem e evoluíram a cada novo período.

1.2. As Missionárias Capuchinhas no Brasil e sua missão educativa

As ordens religiosas constituídas por mulheres, significaram de grande valia na atuação formadora do público feminino, seja em conventos, casas de acolhimentos ou em colégios dirigidos por religiosas. As freiras também foram consideradas importantes na educação moral e religiosa de meninas, pois reproduziam preceitos valorizados na formação feminina, em um determinado momento histórico.

Dentre as ordens religiosas femininas que traçaram um percurso educacional no Brasil, estão as Irmãs Missionárias Capuchinhas, as quais deixaram uma marca religiosa, assistencialista e educacional durante o cumprimento de seu trabalho missionário em alguns estados brasileiros.

Essas religiosas são originárias da ordem dos Capuchinhos, os quais também realizaram trabalhos significativos no Brasil, voltados, a priori, para caridades e evangelização. Como revela os autores Callou e Alves (2016), ao contarem sobre a vinda dos Capuchinhos ao Brasil e especificamente sua atuação missionária no Pará:

A ordem dos capuchinhos chegou oficialmente ao Brasil por volta de 1642. Em Belém do Pará, os frades capuchinhos se instalaram em 1900, tomando conta da assistência

⁸ “[...] Antes de tudo, eram elas a base moral da sociedade e as responsáveis pela formação de uma descendência saudável, utilizando-se da vigilância sobre o comportamento e as escolhas de seus filhos e filhas (ABREU, 2010, p. 291).

espiritual do hospital da Ordem Terceira. Contudo, desde 1898, eles já estavam presentes no estado do Pará atuando principalmente na Colônia do Prata no atendimento aos doentes hansenianos. As ações caritativas implementadas pelos frades renderam principalmente prestígios e reconhecimento de suas missões. (CALLOU; ALVES, 2016, p. 150).

Então, desde que os Capuchinhos chegaram em terras brasileiras e particularmente se instalaram em Belém do Pará, os religiosos desempenharam trabalhos significativos ligados à assistência espiritual.

E devido às diversas ações caritativas realizadas pelos frades, sua missão em Belém começou a ganhar importância e prestígio, o que levou a necessidade da criação de uma igreja que pudesse comportar os religiosos, para que sua missão continuasse frutificando em terras amazonenses. Mediante isso, no dia 2 de outubro de 1910, na cidade de Belém foi posta a primeira pedra no Santuário grandioso destinado a São Francisco de Assis, o qual é o fundador da Ordem Franciscana, pelo Excelentíssimo e Reverendíssimo Dom Santinho Coutinho, então Arcebispo Metropolitano de Belém do Pará.⁹

Desde a fundação do Santuário, os Capuchinhos puderam propagar cada vez mais sua missão pelo estado do Pará, desenvolvendo diversos trabalhos ligados a evangelização e catequese, como revelam Callou e Alves (2016):

Ao longo dos anos, foram desenvolvidos grandes trabalhos de evangelização e catequese, tanto na cidade quanto no interior do estado do Pará. Desenvolveram especial trabalho pastoral com a juventude de Belém. Foi pensada a Juventude Franciscana, a ordem franciscana secular e outros movimentos leigos. Desse trabalho pastoral, outros frades capuchinhos foram atuar em cidades do interior do Pará, como Abaetetuba, Moju e Bujaru (CALLOU; ALVES, 2016, p. 151).

Assim como os Capuchinhos se empenharam em disseminar seus trabalhos caritativos e evangelizadores para além dos espaços de Belém, as Missionárias Capuchinhas também realizaram trabalhos importantes na capital e em outras regiões do Brasil, visto que as religiosas eram consideradas primordiais para os trabalhos educativos ligados ao público feminino, papel esse que era propiciado somente a elas.

Segundo Custódio (2014):

A Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas foi fundada em 1904, em Belém do Pará, por iniciativa de um capuchinho italiano, o frei João Pedro Recalcati, que contou com a adesão de leigas franciscanas que exerciam a função de catequistas e professoras em uma escola paroquial de Canindé (CE). A convite do frade, elas foram para o estado do Pará com o objetivo de constituir o grupo fundador da nova congregação e trabalhar na educação de meninas índias da Colônia Santo Antônio do Prata (CUSTÓDIO, 2014 apud CUSTÓDIO, 2017, p. 170).

⁹ Callou e Alves (2016).

Com base nisso, as Missionárias Capuchinhas já exerciam trabalhos no Brasil até serem chamadas pelo Capuchinho italiano Frei João Pedro, para atuarem em Belém do Pará na educação de meninas índias da Colônia Santo Antônio do Prata.

Em um período posterior ao ingresso das missionárias Capuchinhas na cidade de Belém, as religiosas passaram a ser dirigidas por uma associação, que orientava as ações e instituições da congregação dessas religiosas pelo Brasil. Segundo o Estatuto das Missionárias Capuchinhas (1980) no Art. 1º e 2º, as religiosas fazem parte de uma associação nomeada de Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (AIMCA), que foi fundada na cidade de Fortaleza no dia 12 de maio de 1932, tendo como título “Associação das Irmãs Terceiras Capuchinhas”.

Ainda segundo o mesmo Estatuto, a Associação também se caracterizou como civil, filantrópica, sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado. A AIMCA, que é representativa da instituição canônica chamada de Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco de Assis do Brasil, na época tinha por objetivo prestar serviços de natureza assistencial, cultural, socioeducativa, hospitalar, prevenção de doenças e de promoção humana¹⁰.

Dentre os diversos estabelecimentos criados pela associação da AIMCA, destaco alguns que tiveram propósitos educativos, distribuídos em alguns estados brasileiros, que segundo o Art. 4º do referido Estatuto (1980), apresenta a localização dos estabelecimentos da AIMCA, que estão agrupados em duas regiões, denominadas de REGIÃO IMACULADA CONCEIÇÃO, integrada pelos estabelecimentos situados no Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e REGIÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, pelos situados no Maranhão, Pará e Amazonas¹¹.

Carvalho (2016) indica a criação de alguns desses estabelecimentos da Região São Francisco de Assis, localizados no Maranhão, como: O Instituto Divina Pastora, o Centro Assistencial Divina Pastora e a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, em São Luís; Escola Santa Teresinha, em Imperatriz; Colégio São José, em Caxias e a Escola Santa Filomena localizada em Codó, com as mesmas diretrizes existentes em Abaetetuba, no Pará, chamado de Instituto Nossa Senhora dos Anjos.

Essas escolas possuem um tipo de Regimento Escolar Unificado, que rege a estrutura didático-pedagógica administrativa e disciplinar, tendo como mantedora a AIMCA, que

¹⁰ O Estatuto das Missionárias Capuchinhas (1980), estava indicado como sendo reforma do Estatuto da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. O estatuto da associação é reformulado sempre que houver a necessidade pela Assembleia Geral, caracterizada de ordinária ou extraordinária.

¹¹ Estatuto da Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (1980).

também desenvolve trabalhos em hospitais, creches e asilos. No começo, os trabalhos realizados pelas Missionárias Capuchinhas estavam direcionados para a educação de indígenas, mas que com o tempo passou a se voltar para as demandas diretamente do povo, pois o alvo do seu carisma estava focado em trabalhar onde há demanda de assistência, afirma Carvalho (2016). Com base nisso, as Missionárias Capuchinhas desenvolveram diversos trabalhos na sociedade brasileira ligados à demanda do povo, inclusive o Instituto Nossa dos Anjos, na cidade de Abaetetuba- PA.

1.3. A chegada das Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil ao Município de Abaetetuba

De acordo com o que foi exposto anteriormente, as Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil antes de chegarem ao município de Abaetetuba, realizaram trabalhos religiosos e assistencialistas em diversos estados brasileiros. Esses trabalhos, estavam intimamente ligados ao carisma capuchinho visando serviços de cunho assistencialista, hospitalar, cultural e educativo.

A cidade Abaetetuba, nos primórdios da década de 50, possuía um número reduzido de habitantes comparado aos períodos posteriores. Baseado no censo do IBGE, Machado (1986) revela que nesse período, o quantitativo populacional correspondia a 36.587 pessoas, e que de 1950 a 1960 a população do município foi acrescida de 8.493, representando um acréscimo populacional em 23% e do período de 1960 a 1970 o crescimento populacional foi de 12.440, ou seja 28%. Com base nesses dados, aos poucos o número de habitantes do município foi aumentando.

Economicamente, o município teve o seu auge no período de 1891 a 1950, nesse interim, o maior número de indústrias por município do Estado do Pará estava localizado em Abaetetuba, onde só de engenhos e usinas de açúcar haviam 36. Outra atividade que ganhou também espaço na economia abaetetubense, após auge dos engenhos e usinas na cidade, foi o comércio de regatão, que atingiu seu período mais grandioso de 1945 a 1955.¹²

O comércio de regatão manteve-se ainda estável por bastante tempo além do período áureo, chegando aos nossos dias. Somente a partir de 1973 começou a decair principalmente em vista da grande elevação dos custos operacionais das embarcações utilizadas, considerando-se o alto preço dos combustíveis e da manutenção das tripulações.

O regatão era feito por embarcações a motor que partiam de Abaetetuba e seguiam para o Baixo Amazonas, com algumas aventurando-se até o Peru. Na ida, os barcos levavam os produtos da terra; aguardente, produtos de olaria e alguns produtos manufaturados. Na volta, traziam o peixe, as peles de animais (antes da proibição) e

¹² Jorge Machado (1986).

madeira de lei. Foi um processo muito importante, e mesmo agora ainda não deixou de sê-lo. Beneficiou enormemente as regiões envolvidas (MACHADO, 1986, p. 100-101).

Além dos aspectos econômicos mencionados pelo autor, que contribuíram para o auge do município em determinados períodos, houve também o desenvolvimento religioso na cidade, no que se refere ao aumento de instituições religiosas que propagavam a fé católica. Logo no começo, as primeiras capelas e igrejas do município foram criadas por intermédio de cumprimento de promessas feitas por fieis, que ao terem seus pedidos realizados, pagavam a promessa construindo capelas ou igrejas.

Segundo Machado (1986) a primeira capela construída em território abaetetubense foi a de Francisco Monteiro, que cumpriu a promessa de construir uma igreja após um livramento marítimo. A capela, depois de um tempo foi demolida devido ao mau estado em que se encontrava, logo após foi construída uma igreja do Divino Espírito Santo, na praça da Constituição que também foi construída como pagamento de uma promessa do morador chamado Diogo, por benção recebidas, essa igreja durou até 1948, depois foi demolida. No ano de 1932, surgiu a primeira comissão executiva para a construção da Igreja Matriz de Abaetetuba, por iniciativa do Sr. Joaquim Mendes Contente, que com ajuda de doações por meio de campanhas no intuito da construção da igreja, conseguiu erguê-la, e no dia 28 de novembro de 1941, o padre Capuchinho Frei Paulino de Sellere, realizou a consagração oficial do templo.

Neste período histórico a construção de instituições religiosas na cidade de Abaetetuba ocorreu por iniciativas de moradores da localidade, onde muitas capelas e igrejas eram erguidas e depois destruídas por apresentarem mau estado, dando lugar para novas construções.

Neste cenário social, econômico e religioso, o município de Abaetetuba, de um modo geral, apresentava um desenvolvimento gradual, que possivelmente contribuiu para a vinda das Missionárias Capuchinhas, que além de colaborarem para a fundação do colégio que iria acompanhar o desenvolvimento da cidade, as religiosas também contribuiriam para a disseminação do ideal católico na localidade.

As Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil chegaram ao município de Abaetetuba no dia 7 de março de 1953, como relata o documento de Fundação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1953):

Aos sete de março do corrente ano, 1º sábado do mês [...] e festa de Santo Tomaz de Aquino – o Anjo das Escolas Católicas – logo às primeiras horas do dia, aproximava-se de Abaetetuba o confortável motor “Chiquinho Ferreira” que desde a véspera à noite sairá de Belém, com destino aquela cidade, onde estava sendo ansiosamente esperado. Logo que foi avistado pela multidão que se aglomerava na ponte, ouviu-se

o estrépito de inúmeros foguetes estourando no ar e o som festivo de uma afinada banda de música rompeu em notas vibrantes, enchendo de alegria o ambiente àquela hora matinal. Por que era assim tão festivamente recebido o motor “Chiquinho Ferreira”? Que novidade extraordinária teria dado ensejo para tanto regozijo a sua entrada no porto de Abaetetuba? É que fora ele o vaso escolhido para levar àquela boa gente o objetivo de suas ardentes aspirações, isto é, as Religiosas que iam afinal fundar o colégio há tanto tempo desejado [...] (FUNDAÇÃO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1953).

Segundo o documento, as Missionárias Capuchinhas vieram de Belém do Pará para o município de Abaetetuba, no intuito de desenvolver um trabalho educativo na cidade. A vinda das religiosas ao município gerou um clima festivo, uma vez que as Missionárias Capuchinhas estavam sendo aguardadas ansiosamente pela população, com ornamentações nas ruas, cantos e missa, expressando assim a satisfação em tê-las na cidade, como descreve o documento de Fundação do Educandário “Nossa Senhora dos anjos” (1953):

Aberto o pátio sagrado sobre a venerada pessoa do amado Pastor, organizou-se o Imenso cortejo que se compunha da cidade em peso e, a passo lento, dirigiram-se todos a Matriz onde o Sr. Arcebispo e os RR. PR. iam celebrar o Santo sacrifício. As ruas se achavam caprichosamente embandeiradas, vendo-se também diversas faixas com dísticos expressivos em que se lia o contentamento ali reinante. Durante o trajeto do porto à Igreja o povo cantava com acentos de piedade muito sentida o Hino Oficial do VI congregação Eucarístico. Ao terminar a santa Missa, D. Mario dirigiu-se aos fiéis a sua palavra eloquente, repassada de fé, de alegria, de entusiasmo dissertando sobre o Sinal da Cruz, a cuja sombra nasceu o nosso querido Brasil tendo por berço a graça da Santa Missa. Apresentou ao povo as suas Felicitações pelo presente que acabavam de receber, isto é, a vinda das irmãs [...] (FUNDAÇÃO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1953).

Ocorrendo isso, nota-se que a missão das religiosas foi muito importante para a comunidade, sendo sua chegada chamada de “presente”, por mérito de ser o primeiro grupo de Irmãs Missionárias enviadas ao município no propósito de estabelecer uma instituição religiosa. O entusiasmo do povo e das autoridades locais, deu-se justamente pelo fato da cidade não dispor de uma entidade educativa com os valores trazidos pelas irmãs, que sinalizavam um modelo de educação feminina que atenderia as expectativas das famílias tradicionais da sociedade abaetetubense.

Outro documento que destaca os anseios da população abaetetubense e dos poderes locais da cidade, sobre a criação da instituição por intermédio das Capuchinhas, é a revista de 50 anos do INSA, a qual evidencia que, “no início da década de 50, Abaeté precisava de uma escola de “formação”. Após insistentes apelos do povo e das autoridades à Capital, ficou certo que se instalaria em nossa cidade uma escola que seria dirigida por religiosas” (INSA 50 ANOS, 2003, p. 6). Dessa forma, a revista revela que a criação desse colégio foi considerada importante para a cidade.

No total, vieram à cidade seis Capuchinhas, cujo os nomes foram encontrados no Documento de fundação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos (1953), entre elas estava a Irmã Otavia Maria de Cabelo; Irmã Antonia Maria de Pedro II; Irmã Zita Maria de Barra do Corda, Irmã Nazaré Maria de Parnaíba, Irmã Domingas Maria de Fortaleza e Irmã Stela Maria de Itapipóca. A Figura 01 retrata as religiosas que foram as pioneiras na inauguração do colégio religioso.

Figura 01 - Fundadoras do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”



Fonte: INSA 25 anos, 1953.

Esta imagem foi encontrada na revista dos 25 anos do Instituto “Nossa Senhora dos Anjos”; indícios apontam que essas religiosas foram as fundadoras do colégio, devido a maioria dos nomes identificados na imagem condizerem com os encontrados no documento de fundação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”.¹³

Além das irmãs, outras pessoas vieram na comitiva como o Exmo. Revdmo. D. Mário de Miranda Vilas Bôas, DD. Arcebispo Metropolitano; Revdma. Madre Josefa Maria de Aquiraz.¹⁴ Segundo o documento de Fundação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1953). Logo após desembarcarem, foram todos recebidos pelo prefeito da cidade o Sr. Joaquim Mendes Contente.

¹³ Porém o nome “Yeda” não corresponde a nenhum dos nomes identificados, o qual não aparece nessa imagem, mas está no documento de fundação, é o da irmã “Domingas”.

¹⁴ INSA 50 ANOS, 2003.

A figura 02, apresenta a foto do referido prefeito que recebeu as Missionárias Capuchinhas:

Figura 02 - Prefeito da cidade de Abaetetuba

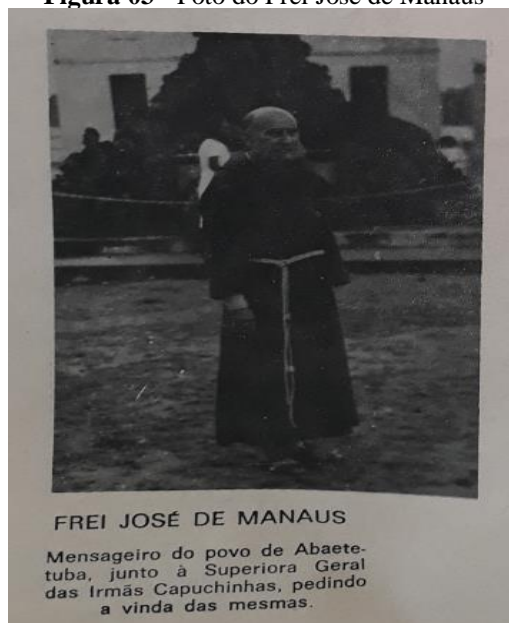


Fonte: INSA 25 anos

Este prefeito chamado de Joaquim Mendes Contente da Figura 02, deu suporte para que as Missionárias Capuchinhas desenvolverem seus trabalhos na cidade de Abaetetuba, desde o ingresso delas no município.

Outro aspecto notório nos documentos relacionados à vinda das religiosas ao município de Abaetetuba, refere-se aos dizeres encontrados na foto do Freire José de Manaus, que está na Figura 03:

Figura 03 - Foto do Frei José de Manaus



Fonte: INSA 25 anos

Abaixo da imagem do Frei José de Manaus tem os seguintes dizeres: “Mensageiro do povo de Abaetetuba, junto à Superiora Geral das Irmãs Capuchinhas, pedindo a vinda das mesmas”. Essa mensagem reflete a intervenção eclesiástica do frei no intuito de também contribuir para a vinda das religiosas ao município, para a criação do colégio com bases cristãs da igreja católica e possivelmente a disseminação dos valores cristãs entre a comunidade.

A Figura 04 apresenta as Missionárias Capuchinhas e algumas autoridades para a inauguração do Colégio:

Figura 04 - A chegada das Missionárias Capuchinhas para a Inauguração do Colégio



Fonte: Álbum do INSA, março de 1953.

A referida foto da figura 04 revela as Missionárias Capuchinhas na frente do povo juntamente com algumas autoridades religiosas para a inauguração do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, e ao observar no canto esquerdo da foto é possível visualizar algumas crianças perto das Capuchinhas, porque, logo que chegaram na cidade muitas as acompanharam.

A imagem estava acompanhada dos seguintes dizeres escritos à caneta, no papel em que a foto encontrava-se colada:

Após a chegada das Irmãs no dia 7 de março de 1953, houve uma sessão solene presidiada pelo Sr. Arcebispo, com o comparecimento do Sr. Prefeito Municipal, juiz da Câmara e outras autoridades e ainda representação das associações religiosas da Paroquias. Como o encerramento da sessão, os presidentes das associações paroquiais, entregaram a Madre Superiora do Educandário uma modesta contribuição (ALBÚM DO INSA, 1953).

Com base nos dizeres encontrados perto da foto da figura 04, além das crianças e das Missionárias Capuchinhas identificadas na foto, é possível visualizar o prefeito da cidade Joaquim Mendes Contente de paletó e gravata, o Arcebispo com as roupas e a cruz condizentes

com sua posição religiosa e um outro homem um pouco atrás do prefeito que possivelmente era uma das autoridades de representação das associações religiosas, além de outras pessoas prestigiando à sessão.

Mediante essa tessitura referente a chegada das missionárias Capuchinhas até a cidade de Abaetetuba, é percorrer historicamente a trajetória do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” até se tornar nos dias atuais denominado Instituto “Nossa Senhora dos Anjos”, em virtude delas serem as principais efetivadoras desse projeto educacional no município, visto que, a criação do colégio tinha um objetivo importante na cidade, tanto que teve a participação dos poderes municipais e eclesiásticos que contribuíram para a chegada das Missionárias Capuchinhas que vieram de longe para tornar realidade a criação do colégio no município.

E ao traçar esse caminho de investimentos para a fundação do colégio, foi compreender que a inauguração do estabelecimento estava ligada há um propósito no município, como ressalta Werle (2002) a “história institucional é também história dos prédios escolares, história dos usos do prédio, forçados/inspirados pelas inovações pedagógicas, por propostas de seguranças, pelo crescimento de demandas” (WERLE, 2002, p. 22). Com base nisso, ao contar a história de uma instituição escolar, é também evidenciar os objetivos que levaram a criação dessa instituição em um determinado período da história.

Do mesmo modo para atender as necessidades da localidade no que se refere a idealização de uma educação com bases cristãs, os poderes municipais juntamente com a participação importante das Irmãs Capuchinhas cuidaram de achar um espaço para que as religiosas pudessem dar início ao primeiro passo do projeto educacional para o qual foram requisitadas.

Portanto, a instituição tinha uma missão que havia sido gerada pelo anseio social do município, assim como dos poderes locais e eclesiástico, que investiram em uma instituição que pudesse gerar uma educação a qual se acreditava como sendo diferenciada para a população naquele período.

Com base nisso, Saviani (2007) contribui com a seguinte reflexão:

Para satisfazer necessidades humana as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados, tendo em vista as finalidades por eles perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre homens, como no próprio funcionamento, uma vez que se constitui como conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a qual servem (SAVIANI, 2007, apud, PIMENTA & FRANÇA, 2015, p. 249).

Desta forma, a criação dessa instituição visava atender a uma especificidade social do município, tendo como participação os poderes locais, eclesiástico e de grande parte da comunidade abaetetubense, no intuito de atender os anseios sociais, religiosos e educacionais do período, bem como atender os anseios das tradicionais famílias, além da representação da instituição como símbolo de desenvolvimento para a cidade.

Foi nesse contexto social e político que as Irmãs Missionárias Capuchinhas implantaram o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos no ano de 1953 no Município de Abaetetuba.

SEÇÃO II - PROPOSTA PEDAGÓGICA ADOTADA PELAS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS NO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”

Esta seção, objetiva analisar a proposta pedagógica do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” na educação de meninas abaetetubenses, com base nos documentos encontrados no acervo da instituição. Mediante isso, esta seção divide-se em cinco subseções: a primeira apresenta um breve apanhado histórico do colégio desde a sua fundação como Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” até ser denominado de Instituto “Nossa Senhora dos Anjos”; a segunda subseção identifica as funções pedagógicas assumidas pelas Missionárias Capuchinhas tanto na administração do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” quanto na comunidade abaetetubense; a terceira subseção, por sua vez, compreende os princípios norteadores adotados no ensino primário, referentes a educação de meninas abaetetubenses; posteriormente a quarta subseção revela as disciplinas e práticas educativas prevista no currículo no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” e a última subseção analisa as práticas avaliativas do ensino aprendizagem das alunas do Educandário.

2.1. Os primeiros passos para o colégio e a nomeação de Instituto Nossa Senhora dos Anjos

O colégio Nossa Senhora dos Anjos recebeu várias nomenclaturas no decorrer dos anos em que estão sendo administrados pelas Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil, resultado de um tempo social e politicamente importante para o município de Abaetetuba, que começou a exigir no decorrer dos anos novos cursos do colégio para acompanhar os anseios sociais e educacionais da cidade. Em virtude desse contexto, o colégio recebeu o nome de Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, depois Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” e Escola Normal “Nossa Senhora dos Anjos”, como indica o Estatuto do INSA, (1968), no Art. 20:

[...] a) Pré-primário e Primário, sob denominação de Educandário Nossa Senhora dos Anjos, fundado a 7 de março de 1953, na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará; b) Ginásio, sob a denominação de Ginásio Nossa Senhora dos Anjos, oficializado pela Portaria nº 576 de 30 de junho de 1954, expedido pelo Ministério de educação e Cultura; c) Normal Pedagógico, sob a denominação de Escola Norma / Nossa Senhora dos Anjos, fundada a 17 de março de 1958, cuja outorga do mandato nos termos do Art. 1º do Decreto Nº 3788, de 27 de outubro de 1961, foi publicada pelo Diário Oficial de 31 de outubro de 1961 (ESTATUTOS DO INSTITUTO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1968).

Neste percurso, a referida instituição dirigida pelas Irmãs, foi ao longo dos anos estabelecendo novos cursos, assim como recebendo novas nomenclaturas, constituindo-se, a princípio, Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” no ano de 1953, mas com o surgimento da

necessidade do curso secundário recebeu a nomenclatura de Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” no ano de 1954 e posteriormente recebeu o curso Normal Pedagógico, acrescentando mais um nome de Escola Normal “Nossa Senhora dos Anjos”, até por fim, se tornar como é conhecido nos dias de atuais, como Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), como aponta um documento dirigido ao Diretor da Pagadoria do Tesouro Nacional¹⁵:

Tenho o prazer de encaminhar a V. Sia. os novos Estatutos do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, recentemente aprovados em Assembleia Geral Extraordinária. De conformidade com o que dispõem, o Ginásio Nossa Senhora dos Anjos e o Educandário Nossa Senhora dos Anjos passam a ser considerados Departamentos do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, bem como a Escola Normal do mesmo nome. Apenas o Instituto terá personalidade jurídica (ITAPIOCA, 1968).

Dessa forma, as três nomenclaturas com seus respectivos cursos, foram constituídos departamentos encaixados no Instituto Nossa Senhora dos Anjos e a partir dessa nova organização no colégio, porém apenas nesta última denominação, o Instituto terá personalidade jurídica representando todos os cursos.

A medida que as Missionárias Capuchinhas observavam a necessidade de mais um curso para o colégio, elas faziam requerimentos no intuito de conseguir mais um curso para a instituição, como forma de atender às necessidades da localidade¹⁶.

Mediante isso, seguindo os passos percorridos até se tornar Instituto Nossa Senhora dos Anjos, o colégio, a princípio denominado de Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” como mostra o Estatuto de 1953 nos artigos 1º, 2º e 3º:

Art. 1.º Aos sete de março de 1953, nesta cidade de Abaetetuba do estado do Pará, fica fundado o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, sob a direção das irmãs terceiras Capuchinhas do Brasil.

Art. 2.º As alunas receberão instrução primária e educação religiosas e domésticas.

Art. 3.º O educandário aceita alunas internas, semi-internas e externas (ESTATUTOS DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS INTERNATO E EXTERNATO, 1953).

Com base neste Estatuto, o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” estava voltado à formação do público feminino com a possibilidade de receber alunas internas, semi-internas e externas, dispondo ainda do ensino primário.

Inicialmente, o Educandário não tinha um lugar adequado para funcionar, foi então, que o Sr. Jucá Costa cedeu uma casa de sua propriedade para o funcionamento provisório da

¹⁵ Algumas citações dos documentos estão sendo mantidos na íntegra considerando as regras e normas de uso da língua da época.

¹⁶ Foi constatado em um dos documentos, uma espécie de carta dirigida a uma diretora do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” pelo Exmo. Sr. General Luis Geolás Mouro Carvalho DD. Governador do Estado do Pará, em que ele aborda a questão de um requerimento feito pela diretora para a instalação do Curso Normal Pedagógico no colégio em foram protocolados documentos na Secretária de Educação e Cultura.

instituição¹⁷. A Figura 05 a seguir, mostra como era o primeiro prédio que deu início aos trabalhos educativos das Missionárias Capuchinhas no município de Abaetetuba.

Figura 05 – O primeiro prédio doado para os trabalhos educativos das Capuchinhas



Fonte: - INSA 25 ANOS, 1953.

A referida casa da Figura 05 fornecida pelo Sr. Juca, possibilitou que as Irmãs começassem no município a missão educacional para qual foram chamadas. Observando a imagem é possível visualizar muitas meninas rumo a entrada da provisória instituição.

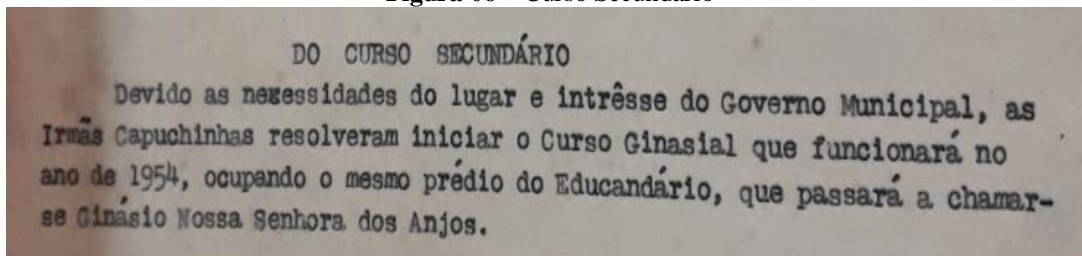
Outra constatação sobre o lugar que o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” funcionou, se encontra no Relatório e dados Estatísticos do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” [s.d], no qual revela que o Educandário funcionava no velho prédio que dantes era o “Grupo Escolar de Abaetetuba”, possuindo os cursos infantil e primário, ambos devidamente remunerados e de acordo com as leis do Estado. Posterior ao período inicial de funcionamento da Educandário, passando-se dois meses foram instalados um regime gratuito e limitado para crianças pobres e uma escola de alfabetização para domésticas e operárias¹⁸.

O curso gratuito direcionado para crianças pobres que não tinham condições nenhuma de pagar o Educandário e uma escola de alfabetização para domésticas e operárias, estava incluído nos objetivos do Educandário desde o dia da sua inauguração, efetivando-se, na prática e após dois meses do início de seu funcionamento.

Posteriormente com a necessidade da sociedade abaetetubense e a demanda crescente de alunas para o colégio, assim como as especificidades de cursos, as irmãs resolveram iniciar o curso Ginásial como ressalta o Estatuto do Ginásio (1954), na figura 06:

¹⁷ Informação disponível na revista INSA 50 anos (2003).

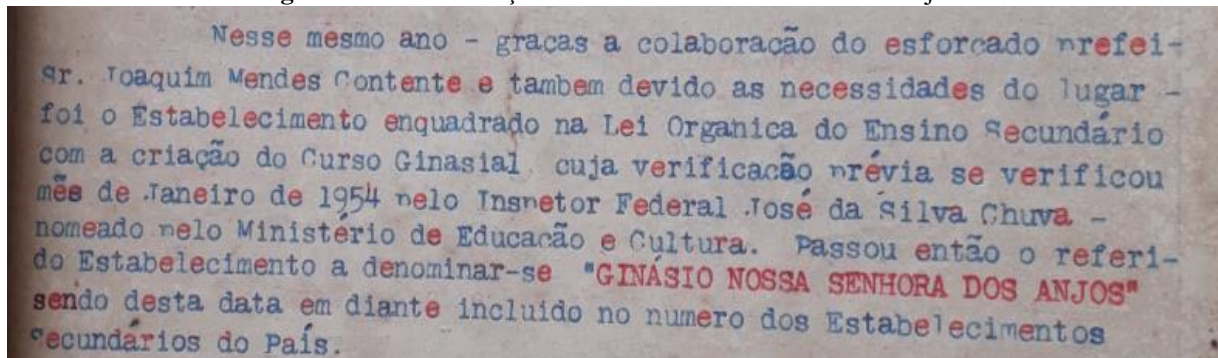
¹⁸ No documento também consta, que o total de alunos nos respectivos cursos foram: 40 no curso infantil, 159 no curso primário, 47 na escola gratuita e 68 na escola supletiva. O documento também informa que no primeiro ano, o estabelecimento recebeu 10 alunas internas, sendo uma gráteis e no externato recebeu 30 vagas gratuitas.

Figura 06 – Curso Secundário

Fonte: Estatutos do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos”, 1953.

Segundo um trecho desse Estatuto de 1954 identificado na Figura 06, as Capuchinhas iniciaram o Curso Ginásial no mesmo estabelecimento do Educandário, contribuindo para mais um passo no progresso da educação na cidade, passando a instituição a se chamar “Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos”, que dispunha do curso secundário.

Outro documento que aborda o ingresso do curso Ginásial para o colégio dirigido pelas religiosas, é o Relatório e Dados Estatísticos do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” [s.d], na Figura 07:

Figura 07 – Denominação do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos”

Fonte: Relatório e dados estatísticos do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” [s.d].

O documento identificado na Figura 07, revela a colaboração do prefeito da cidade, referente a instalação do curso secundário. Porém, as Irmãs perceberam que o prédio não era adequado para o funcionamento do Curso Ginásial, o que resultou na mudança para outro prédio, o qual foi doado a princípio por dois anos pelo prefeito Joaquim Mendes, como ressalta o Relatório e Dados Estatísticos do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” [s.d]:

Não dispondo ainda as irmãs de prédio próprio para o funcionamento do móvel Ginásial, a Prefeitura Municipal cedeu gratuitamente por dois anos - conforme contrato firmado - à Associação das Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil um amplo prédio de propriedade do Município, situado a Praça da Bandeira com as adaptações necessárias a bem satisfazer as exigências do ensino. A 15 de agosto de 1954 foi inaugurado solenemente o referido prédio passando daí em diante a ser ocupado e mantido pelas Irmãs Capuchinhas, sendo o corpo administrativo constituído entre as religiosas da Comunidade. Atualmente acha-se o Estabelecimento provido de grande parte do material didático necessário ao funcionamento dos diversos cursos de ensino

que aí são ministrados o qual foi conseguido com não pequeno esforço trabalho auxílio de pequenas verbas esmolas de pessoas caridosas [...] (RELATÓRIO E DADOS ESTATÍSTICOS DO GINÁSIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”).

As Irmãs Capuchinhas no interesse de cumprir sua missão educativa para qual o colégio foi designado, elas, além dos seus próprios esforços e ajuda do poder municipal, recebiam doações da comunidade para os ajustes e progressos do estabelecimento dirigidos por elas.

O trabalho dessas religiosas, também possibilitou à população da cidade, principalmente aos jovens, a oportunidade de cursarem o curso secundário na sua própria localidade, sem ter que disporem de uma quantia considerável de gastos para irem para outra cidade, para completarem seus estudos, como revela o Ofício de 1954:

Impunha-se a Instalação dum ginásio em Abaetetuba, cidade populosa, embora a oito horas de viagem, via / fluvial, de Belém. Só os mais apercebidos de recursos podiam internar seus filhos nos estabelecimentos da Capital, contentando-se os demais com a instrução primária. As Irmãs Terceiras, graças à colaboração do esforçado Prefeito de Abaetetuba, promoveram o estabelecimento do material didático exigido, proporcionando a todos os jovens do Município a oportunidade de realizar o curso secundário sem despesas vultosas (OFICIO DO GINASIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1954).

Com base neste Ofício, as Missionárias Capuchinhas realizaram mais um marco educacional na cidade, contribuindo para o ingresso da população local ao Curso Secundário implantado por elas no município de Abaetetuba no ano de 1954, o qual passou a ser denominado “Ginásio Nossa Senhora dos Anjos”. A Figura 08, a seguir, mostra as primeiras alunas para a abertura do Curso Secundário:

Figura 08 – Abertura do Curso Ginásial



Fonte: Álbum do INSA, 23 de julho de 1954.

A foto encontrada no álbum do INSA apresentado na Figura 08, estava acompanhado dos seguintes dizeres feito manualmente, pois acreditava-se que nem sempre as Irmãs dispunham de máquinas de datilografia em funcionamento para o registro de documentos.

Teve início o curso ginásial aos pés do Sagrado Altar, na celebração do santo sacrifício da missa.

Na pequena, pobre e feia capelinha da casa de madeira, da habitação (dos Santos) das irmãs, às 6 horas da manhã, estavam presentes as 42 alunas que eram as ginásianas de Abaetetuba. Foi Revdo. Pe. Frei eleger a cap. que, segundo nos parece, celebrou a missa do divino Espírito Santo, solenizada com cânticos apropriados, executados p/ alunas.

A tarde, precisamente do ano Ginásial foi dada a 1ª aula com a irmã Ângela Maria. Julho de 1954 dia 23 (ALBUM DO INSA, 1954).

A foto da Figura 08, revela 19 meninas, devidamente uniformizadas, perto de uma espécie de jardim, localizado em frente a um estabelecimento que aparentemente possuía três janelas e uma porta, na foto as meninas aparentavam encontrassem sorridentes comemorando o início do Curso Ginásial.

Com base no Regimento Interno do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos”, no art. 1º, o objetivo do colégio estava pautado em fornecer à mocidade de Abaetetuba, a formação integral, visando prepará-la, para cumprirem seus deveres para com Deus, à Igreja e à Pátria. Ainda sobre os objetivos do Ginásio, o estabelecimento manteria em rígidas de externato, os cursos de: Pré-Primário, Admissão, Ginásial e Normal de presença apenas feminina (Art.2).

Então, desde que o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” foi inaugurado na cidade de Abaetetuba em 1953, surgiu a inevitabilidade de criar novos cursos, de forma que viessem contribuir com o progresso da cidade, como revela o documento do INSA 25 anos:

Considerando-se os bons resultados alcançados e as exigências da crescente evolução e progresso da cidade, sentiu-se a necessidade de novos cursos. Criou-se, então, os cursos: ginásial, instalados em 1954 e oficializado pela portaria nº 5776 de 30 de junho de 1954, do Ministério da Educação e Cultura, sob denominação de Ginásio Nossa Senhora dos Anjos, e cursos colegial, sob denominação de Escola Normal Nossa Senhora dos Anjos, cuja outorga de mandato da data 27 de outubro de 1961, conforme o decreto n.º 3788, do GOVERNO DO ESTADO.

De início cada uma das três entidades supracitadas, constitui-se com personalidade jurídica própria, uma última reformulação de estatutos, unificou-as sob denominação de Instituto Nossa Senhora dos Anjos, já reconhecido de Utilidade Pública (INSA 25 ANOS).

Com o decorrer dos anos e o funcionamento do colégio sobre à direção das Missionárias Capuchinhas, surgiu a necessidade de criar novos cursos além do primário oferecido no Educandário Nossa Senhora dos Anjos, o que resultou em novas nomenclaturas, cada uma orientada por personalidade jurídica própria, como o curso secundário instalado no Ginásio Nossa Senhora dos Anjos e colegial sobre direção da Escola Normal Nossa Senhora dos Anjos¹⁹, porém, com uma última reformulação dos estatutos, direcionava-se à unificação das

¹⁹ Foram inúmeras as dificuldades encontradas na instalação do curso Normal pedagógico, em nosso Ginásio. Faltou o apoio do Sr. Governador do Estado - General Joaquim Magalhães Barata e do Secretário de Educação –

entidades sobre o regimento de uma única personalidade jurídica, constituindo o Instituto Nossa Senhora dos Anjos, até então.

Dessa forma as Irmãs Capuchinhas foram se estabelecendo na cidade compreendendo a necessidade educacional do local, contribuindo com os requisitos cristãs e educacionais de meninas.

2.2. Funções pedagógicas assumidas pelas Irmãs no funcionamento do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”

As Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil desde que chegaram ao município de Abaetetuba, fundaram o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” e desempenharam diversas funções no decorrer de sua administração, nessa época, logo que chegaram para a implantação do colégio, suas funções estavam distribuídas da seguinte forma:

[...] A comunidade fundadora do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, ficou assim constituída: Irmã Otavia Maria de Cabelo; Superiora; Irmã Antonia Maria de Pedro II; Vigária; mestra de trabalhos e dirigente do curso profissional doméstico; Irmã Zita Maria de Barra do Corda, Irmã Nazaré Maria de Parnaíba, Irmã Domingas Maria de Fortaleza e Irmã Stela Maria de Itapipóca, professoras [...] (FUNDAÇÃO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS, 1953).

Com base no documento de fundação do referido Educandário, as Irmãs estavam discernidas por diferentes funções pedagógicas, tais como: Superiora, Mestre de Trabalhos, Dirigente do Curso Profissional Doméstico e Professoras.

Outros trabalhos desempenhados pelas religiosas na instituição, estavam ligados aos órgãos que deveriam redigir o funcionamento do Educandário, segundo o Regimento Interno de 1968:

Art. 3º - O EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS terá em funcionamento os seguintes órgãos: a) Direção, b) Secretaria, c) Tesouraria, d) Corpo

Sr. Cunha Coimbra, os quais apresentaram razões infundados e incabíveis. Não obstante continuou-se sempre a batalha pela causa _ tendo-se unicamente em vista, amparar muitas almas que havendo terminado o Ginásio, não podiam ir a capital do Estado, concluir seus estudos.

O prazo estabelecido estava a findar-se ... passou a época dos exames Vestibular ... nenhuma esperança ... Até que, dois membros do Diretório do P.S.D em Abaetetuba Sr. Oltino Costa e Sr. Edir Cardoso Paes resolveram em nome do Partido fazer um apelo ao Esmo. Sr. Governador do Estado pedindo a instalação do curso Normal. _ Imediatamente o apelo é deferido, talvez mais para não desprestigiar o Partido do que pelo valor do curso.

Mesmo assim glorificamos ao bom Deus, o termo conseguido, já que seria impossível conseguir-se por justo direito, tendo em vista os benefícios que o mesmo vem futuramente trazer ao Município, ao Estado e a Nação.

Dia 28, neste dia, recebemos do Sr. Edir Cardoso Paes, um ofício comunicando à Diretoria de nosso Ginásio a aprovação dada pelo Sr. Governador do Estado para instalação do Curso Normal neste estabelecimento.

O diretório do Ginásio por irradiadora da cidade “Voz Garibaldi” torna público esta importante “comunicação” recebida com palavras de agradecimento aos que intercederam por tão nobre causa (LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1955, p. 21).

Docente, e) Associação de Pais e Mestres, f) Corpo Discente, g) Grêmio Estudantil (REGIMENTO INTERNO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS, 1968).

Este fragmento, aponta que as missionárias aptas poderiam assumir os cargos de diretoria, secretária, tesoureira, docente e diretora da Associação de Pais e Mestres.

Outra constatação nos documentos, no caso do Regimento Interno do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos (1968), indica que quem assinava como diretora no final da folha, dando valia para este regimento interno, era a Irmã Stella Maria, que no início da fundação do colégio foi identificada como sendo uma das professoras.

É importante ressaltar, que os documentos não evidenciam detalhadamente como era realizada a formação das religiosas para despenharem suas funções no colégio. Porém, um dos Livros de Ocorrências revela que às vezes, algumas das irmãs viajavam para participar de formações e congressos condizentes com o seu cargo.

Um dessas formações foi registrada no Livro de Ocorrências INSA (1968) do dia 7 de janeiro de 1968, no qual uma Irmã chamada Simone, viajou para Belo Horizonte a fim de participar do IIº Congresso Brasileiro de Ensino Normal (COBEM), representando o colégio.

Outra constatação encontrada no Livro de Ocorrências do ano de 1966, revela que no dia 28 de novembro a Superiora local, viajou para Belém a fim de participar de um Curso de adaptação para Superiores e Mestras de Noviças.

Outro momento de formação foi no dia 2 de janeiro do mesmo ano, quando as irmãs Ninfa e Anunciação foram para Belém a fim de participarem do curso do CADES. E no dia 19 de fevereiro, iniciou em Belém um curso catequético, no Colégio do Santo Antônio das irmãs Dorotéias, como revela a Figura 9:

Figura 9 – Curso Catequético

Curso catequético

Dia 19

Iniciam hoje em Belém, no Colégio Sto. Antônio das Irmãs Dorotéias, o curso catequético, as seguintes Irmãs desta comunidade: Sr. Stella, Jema, Anunciação, Ninfa, Simone.

Este pequeno curso com a duração de apenas 5 dias intensos, teve a finalidade de dar às cursistas uma orientação adequada, para a catequese após o Concílio.

Fonte: Livro de Ocorrências INSA, 19 de fevereiro de 1966.

Algumas anotações no livro de Ocorrências INSA de 1966-1968 e na Figura 10 revelam que as religiosas participavam de eventos que geralmente aconteciam na cidade de Belém do Pará, a fim de se qualificarem para as funções já exercidas ou para o desempenho de outras funções exercidas no seu local de atuação.

2.2.1. Funções para além dos portões

No período delimitado deste estudo, as religiosas faziam diversos trabalhos que iam para além dos portões do colégio, ligados à comunidade abaetetubense, tais como: casamentos, evangelização nas famílias e trabalhos assistencialistas para pessoas em condições de pobreza.

Um exemplo de evangelização das religiosas eram os trabalhos de catequese desenvolvidos na cidade, que contavam inclusive com a participação das próprias alunas, como mostra o livro de Ocorrências INSA, do dia 28 de abril de 1959:

Comemorando o Ano Catequético Nacional, nossas alunas promoveram, sob a orientação da Diretora da catequese, Irmã Camorsina Maria, a fundação de vários centros de catecismo no interior. Com muita eficiência vai sendo desenvolvida esta obra de apostolado (LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1959).

Com base no exposto, esses trabalhos de evangelismo iam despertando nas alunas o interesse pelos trabalhos missionários, dessa forma elas contribuía para a disseminação dos ideais cristãos. A Figura 10 mostra as alunas e a diretora da catequese comemorando o Ano Catequético e a fundação dos Centros de Catecismo no interior.

Figura 10 – Comemoração da fundação dos centros de catecismo



Fonte: Álbum do INSA

Na Figura 10, nota-se que as alunas possivelmente estavam bebendo refresco e aparentemente felizes por esse marco, enquanto a Diretora desses trabalhos estava posicionada entre elas com uma postura condizente ao seu cargo.

Além dessas iniciativas para alcançar a comunidade, haviam outros trabalhos direcionados aos pobres, e um desses foi realizado no dia 27 de setembro de 1966, que segundo o Livro de Ocorrências INSA (1966) foi chamado de “Dia do Ancião” sendo que nesta data foi oferecido um almoço na instituição a 70 “velhinhos pobres”. De acordo com Álbum do INSA (1966), neste mesmo dia foram feitas pequenas homenagens com presentes nas residências desses “velhinhos”, como é possível constatar na Figura 11:

Figura 11 – Homenagens aos velhinhos pobres



Fonte: Álbum do INSA, 27 de setembro de 1966.

Além desse trabalho, outros estavam ligados a doações aos pobres, como mostra o Livro de Ocorrências INSA (1966) acerca da Assistência Social: “No dia 25 de dezembro, 66 pobres recebiam da Irmã Eufrásia, presentes de roupas e calçados, angariados por ela entre os comerciantes da cidade” (LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1966). Percebe-se que com isso, que as religiosas prestavam assistência aos menos favorecidos, afinal, uma das características da instituição era o viés assistencialista.

É importante ressaltar que além da assistência material havia também a preocupação das religiosas com assistência espiritual, o que era possível devido o contato das Capuchinhas com o povo. Com essa intenção, no Livro de Ocorrências INSA (1967) as irmãs relatam:

A fim de nos certificarmos da situação moral e espiritual, de nossas alunas e de seus pais, fizemos, ou melhor aplicamos um inquérito em todo o colégio, desenvolvido entre nossos alunos alguns pagãos e casais ilegalmente unidos.

Já conseguimos realizar um batizado de um aluno de 7 anos e outro de 10, e 2 casamentos religiosos, um há 17 anos vivia no pecado e outro há 15 anos.

Ir. Eufrásia em seus movimentos apostólicos conseguiu batizar 10 pessoas entre crianças e alguns adultos, como também preparou 20 pessoas para fazerem sua comunhão (LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1967).

O relato em questão evidencia a preocupação da instituição em aproximar tanto as alunas quanto as famílias da prática cristã, que resultou em casamentos, batizados e primeira comunhão.

Devido a insistência da irmã Eufrásia, muitos movimentos apostólicos foram realizados para enquadrar as famílias nos dogmas do catolicismo. Resultado disso, foi que no segundo semestre do ano de 1966, o número de casamentos diminuiu, devido a obra missionária ter alcançado grande parte da comunidade abaetetubense, como revela o seguinte fragmento extraído do Livro de Ocorrências INSA (1967):

Este 2º semestre o número de casamentos diminuiu, não pelo enrijecimento do fervor da Irmãs encarregada, mas porque, graças ao bom Deus podemos dizer que os lares abaetetubenses estão quase totalmente abençoados por Deus.

126 casamentos religiosos de famílias que viviam irregularmente, foram realizados este ano em nossa capela (LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1967).

Conforme esses dados, os trabalhos realizados pela Irmã Eufrásia, foram efetivos ao agregar a maior parte da comunidade abaetetubense ao projeto religioso que pretendia a união de muitos casais perante às normas da igreja e de Deus.

Nesse interim, as Missionárias Capuchinhas não mediam esforços para alcançar os objetivos religiosos, assistencialistas, apostólicos e de formação educacional no município que as acolheram, assim como disseminar esses valores para suas alunas.

2.3. Os princípios Norteadores da Educação de Meninas no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”

De acordo com o que já foi apresentado sobre a chegada das Missionárias Capuchinhas no município de Abaetetuba, na intenção de inaugurar um colégio, que a priori fosse direcionado para a instrução de meninas abaetetubenses²⁰, essas religiosas visavam uma educação pautada em princípios religiosos da igreja católica, assim como, a formação de

²⁰ O colégio a princípio foi inaugurado para instrução educacional de meninas, contudo, com base em alguns mapas demonstrativos referentes ao resultado de provas parciais e finais, a instituição também teve abertura de matrículas para o público masculino, mas segundo as datas dos documentos, isso aconteceu em datas posteriores a inauguração do Educandário Nossa Senhora dos Anjos, porém, essa é outra discussão.

meninas para se tornarem futuramente mulheres encaixadas nos pressupostos dos anseios sociais da época, apoiados pelo Estado e pela igreja.

Essa ideia de formação feminina para o futuro está implícita no documento de fundação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, mas especificamente, na fala do Sr. Arcebispo Metropolitano que participou da cerimônia de fundação do colégio junto com a comitiva das Irmãs Missionárias Capuchinhas, conforme revela o documento de Fundação do referido Educandário do ano de 1953:

[...] O Sr. Arcebispo, congratulando-se, mais uma vez, com as famílias de Abaetetuba pela fundação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, onde seriam formadas muito cristãmente as futuras mães, parabenizou as crianças e pedindo para elas uma ruidosa salva de palmas, no que foi calorosamente aplaudido [...] (FUNDAÇÃO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1953).

Com base na fala do Sr. Arcebispo, é possível perceber que a ideia de formação educacional para meninas estava voltada aos preceitos religiosos ligados à ideia de formar meninas para desempenharem futuramente o seu papel como mulher cristã, mãe e esposa, características ligadas à vida doméstica, como evidencia Bassanezi (2004) ao caracterizar o modelo de família dos anos de 1950:

[...] os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupação doméstica e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento tradicional (BASSANEZI, 2004, p. 287).

Tomando por base essas características, a concepção feminina em meados do século XX, ainda estava relacionada à formação da mulher para a vida doméstica, no propósito de prepará-la para o cuidado dos filhos e do marido. Partindo desses preceitos, indícios revelam que o papel educacional das Capuchinhas estava articulado ao perfil feminino representado naquele período, constituindo dessa forma, um colégio encaixado nos pressupostos de um modelo educacional que estava focado na transmissão destes valores.

Sobre esse viés, é possível compreender o apoio das famílias abaetetubenses, do poder municipal e eclesiástico ao modelo educacional proposto pelas Missionárias Capuchinhas, por este estar de acordo com os interesses sociais da época, que perpassavam por uma formação carregada de valores religiosos, morais e sociais, direcionados principalmente à educação de meninas.

Dessa forma, a representação feminina propagada na sociedade da época estava relacionada a uma concepção conservadora de educação da mulher. Chartier (1990, p. 20)

revela que a “[...] representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma imagem capaz de o reconstruir em memória e de o figurar tal como ele é [...]”. Neste sentido, as representações são constituídas de símbolos, conhecimentos e práticas que podem ser evidenciadas por uma imagem presente, como se constata nas documentações em relação as intenções da sociedade abaetetubense quanto à implantação de um instituto religioso na cidade.

Por meio de suas ações pedagógicas, as Capuchinhas visavam formar meninas nos pressupostos da base cristã, para que futuramente elas viessem desempenhar o papel feminino internalizado por intermédio de um conjunto de práticas adotadas pela instituição e apoiadas pela igreja católica que ainda contavam com o total acordo das famílias conservadoras.

Mediante isso, o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” foi criado no município para atender aos interesses sociais da época, a fim de transmitir valores da igreja católica que visassem uma formação feminina para que as alunas vivessem submissas às prendas do lar, satisfazendo os desejos das famílias e de um modo geral de uma sociedade exclusivamente dominada pelo gênero masculino.

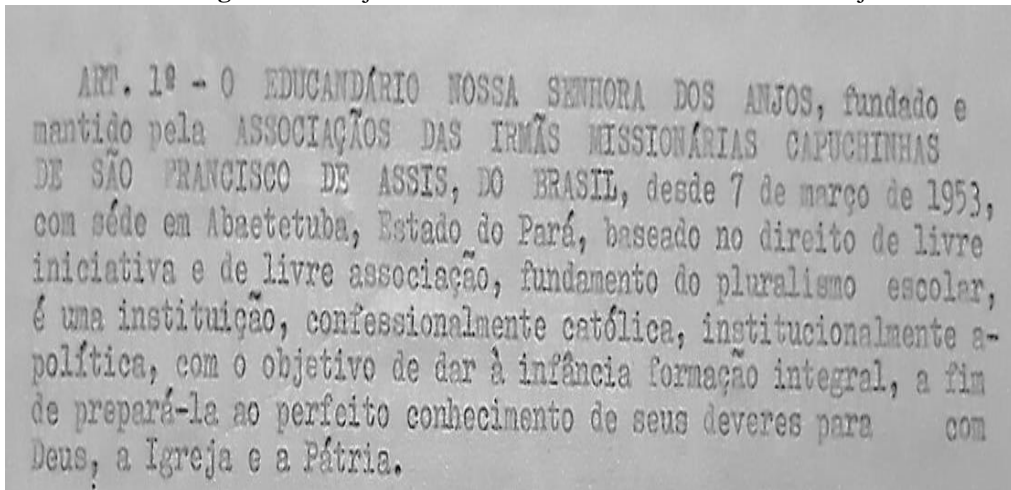
Esses pressupostos voltados à formação educacional feminina, também estavam condizentes com as prescrições do art. 2º do Educandário, o qual revela o seguinte preceito: “as alunas receberão instrução primária e educação religiosa e doméstica”.²¹ Tomando por base isso, as Missionárias Capuchinhas administravam o colégio seguindo esse preceito para a formação feminina no ensino primário.

Com base no Regimento Interno do Educandário (1968), o colégio deveria proporcionar no curso primário, uma formação que fornece-se a infância uma preparação para desempenhar seus deveres para com Deus, a Igreja e a Pátria.

O art. 1º do mesmo Regimento determina a finalidade do estabelecimento, identificada na Figura 12:

²¹ ESTATUTOS DO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS INTERNATO E EXTERNATO, 1953.

Figura 12 – Objetivos do Educandário Nossa Senhora dos Anjos



Fonte: Regimento Interno do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, 1968.

Neste documento, os objetivos educacionais do colégio estavam definidos em três pilares: Deus, Igreja e a Pátria, revelando que a formação da criança não deveria ser dissociada da base religiosa e nem do compromisso com o País, ou seja, a infância era pensada com os princípios cristãos e patrióticos, comprometida com a igreja e a nação.

Neste sentido, o regimento do colégio com seus inúmeros artigos e normas, visava interiorizar por meio das regras de condutas, práticas consideradas relevantes para o projeto educacional que se desejava alcançar.

Em relação a educação religiosa, foi encontrado no Livro de Ocorrências INSA do dia 15 de fevereiro de 1968, a seguinte determinação:

Abertura do ano letivo para todos os cursos, pré-primário, primário, ginasial e normal. As 7:30 a igreja Matriz, estava repleta pelas nossas alunas, para assistirem à Santa Missa do espírito Santo, em seguida dirigiram-se as alunas para o colégio, o primário, e o curso ginasial e normal, para no salão auditório, assistirem à aula inaugural, dada pelo Revdo. Pe. Mário Lanciotti (LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1968).

Dessa maneira, no início do ano letivo as alunas assistiam a uma missa na igreja Matriz e em seguida, se direcionavam ao colégio para assistirem a uma aula inaugural tendo a participação do Revdo. Pe. Mário Lanciotti, isso demonstra a importância dos valores cristãos para a instituição, já que eram expressos desde o primeiro contato das alunas com o estabelecimento.

2.4. O Currículo do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos “

O currículo do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”²² referente aos métodos educativos aplicados no ensino primário, condiziam com os objetivos de desenvolvimento das crianças, que iam desde a adaptação delas no colégio até o término do 5º período de ingresso, de forma que a criança, nesse término, já saiba ler e escrever, como revela o Regimento Interno do Educandário no Art. 21, 22 e 23, que tratam sobre a matrícula e idade escolar permitida para o ingresso de alunas no Educandário Nossa Senhora dos Anjos:

Art. 21 – Aceitam-se alunas para o curso primário, obedecendo nos seguintes requisitos: a - Cinco anos completos ou a completar em março, para o 2º período do curso pré-primário; b – Seis anos para o 3º período do mesmo curso; c – Seis ou sete anos para o 1º ano, conforme o desenvolvimento mental da criança.

Art. 22 – No 2º período, entre os meses de março a junho, adotar-se-á o regimento de adaptação da criança à escola, mediante o desenvolvimento visual, motor e audiovisual. No 2º semestre, a criança será iniciada na aprendizagem do alfabeto e numeração.

Art. 23 – No 5º período, a criança será alfabetizada de modo que ao término do ano letivo ela saiba ler e escrever (REGIMENTO INTERNO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1968).

Mediante as prescrições referente ao curso pré-primário, constatou-se que havia uma importância em relação ao desenvolvimento mental, visual, motor e audiovisual da criança, evidenciando ações educativas que consideravam a psicologia do desenvolvimento infantil na escola primária, como evidencia Coelho (2015):

Dentre as mudanças na escola brasileira, no final do século XIX e início do século XX, está a atividades cotidianas do professor na sala de aula. São exigidos, por meio de regulamentos, que as ações educativas do professor incluam procedimentos que considerem a psicologia do desenvolvimento infantil e afastem o uso dos castigos (COELHO, 2015, p. 209).

Então desde o final do século XIX e início do século XX, a nova organização do ensino na época, reorientava as ações principalmente de professores, ressaltando métodos ligados a psicologia do desenvolvimento infantil. Dessa forma, com base nas informações dispostas no Regimento Interno do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1968), no curso pré-primário do Educandário, havia uma preocupação com o desenvolvimento mental da criança, ligados aos aspectos da psicologia do desenvolvimento infantil, visando também preparar as alunas para

Referente ao currículo, o colégio no período não dispunha de um PPP – Projeto Político Pedagógico, pois o PPP é algo recente na educação brasileira, dessa forma, os colégios antes não eram obrigados a terem propostas curriculares e propostas pedagógicas como documentos, todavia, o documento norteador dessas instituições geralmente eram os Regimentos Internos e Estatutos que orientavam as práticas dos professores, o que neste trabalho visou apenas rastreando essas concepções nos documentos que a instituição dispõe.

ingressarem no ensino primário, tanto que ao término do ano letivo, com idade entre seis a sete anos, a criança deveria saber ler e escrever.

No Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, as religiosas prescreviam ainda algumas restrições ligadas ao aspecto comportamental. Alguns desses requisitos que envolviam a disciplina escolar das alunas, estavam prescritos no Estatuto do Educandário do ano de 1953:

Art. 11. Não é permitido aos alunos sem previa de licença da Diretoria, comunicar-se com pessoas estranhas ao Educandário.

Art. 12. São deveres do aluno:

- a) Observar perfeito silêncio na classe durante os períodos de aula e de estudo;
- b) Tratar as mestras com especial respeito;
- c) Entrar na classe e dela sair com perfeita ordem;
- d) Proceder corretamente nos recreios e durante o tempo em que permanecer no estabelecimento;
- e) Evitar agrupamento nas imediações do Educandário.
- f) Zelar o bom nome do mesmo, onde quer que esteja.

Art. 13. Os alunos devem ser assíduos às aulas e observar, com máximo esmero e horário e o Regulamento do Educandário.

Art. 14. O aluno que faltar à aula deverá, no primeiro dia do seu comparecimento, apresentar a justificativa da sua falta, assinada pelo pai, tutor ou correspondente.

Art. 15. Os meios disciplinares empregados são os aconselhados pela pedagogia hodierna, pelo que serão excluídos do Educandário os alunos para os quais os mesmos não forem eficazes (ESTATUTOS DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS” INTERNATO E EXTERNATO, 1953).

Tomando por base esses requisitos de comportamento expressos no Art. 12, as alunas deveriam se manter em silêncio na classe durante o período de aula, índicos apontam que o direito a palavra era apenas da mestra e que seu papel na sala de aula estava voltado apenas para a transmissão de conteúdo, enquanto as alunas deveriam assimilar os saberes expressos pela docente em perfeita ordem e silêncio.

Conforme essas características, alguns traços apontam que supostamente os métodos educativos em sala de aula eram orientados por uma tendência liberal tradicional, que segundo Libâneo (2004):

[...] exige atitude receptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles no decorrer das aulas. O professor transmite o conteúdo na forma de verdade a ser absorvida; em consequência, a disciplina imposta é o meio mais eficaz para assegurar a atenção e o silêncio (LIBÂNEO, 2004, p. 25).

Tomando por base esse método educativo advindo de uma pedagogia conservadora, a relação professor-aluno configura-se apenas na transmissão de conhecimentos e na predominante autoridade do professor.

Todavia, segundo o Estatuto do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1953), no Art. 15, as religiosas ressaltam que a pedagogia que orientava os meios disciplinares

empregados no colégio, eram os aconselhados pela pedagogia hodierna, ou seja, uma pedagogia moderna, que não utilizava mais os castigos físicos para disciplinar seus alunos, e sim outras formas de disciplinas sobre a perspectiva da pedagogia moderna. Mediante isso, mesmo que alguns traços dos métodos educativos em sala de aula apontados no Art. 12 alinhassem a uma tendência tradicional de educação, as irmãs indicavam que a pedagogia utilizada por elas em sala de aula para disciplinar suas alunas, era uma pedagogia moderna.

Ainda segundo Libâneo (2004), a prática escolar é orientada por condições sociopolíticas que representam diferentes concepções de homem e de sociedade, o que resulta em diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor-aluno e técnicas pedagógicas.

Nessa perspectiva Chartier (1990) ressalta que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tende a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17)

Dessa forma, alguns métodos educativos adotados pelas irmãs no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, na época, embora pareçam ser reflexos de uma concepção ainda tradicional, eram orientados por uma concepção moderna, que visava o desenvolvimento da criança sobre a ótica da psicologia do desenvolvimento infantil, objetivando outros meios disciplinares - que não fosse mais os castigos físicos - para influenciar o comportamento das alunas.

Além desses traços referentes aos métodos escolares, os documentos da instituição também determinavam no currículo escolar as disciplinas que deveriam ser trabalhadas em sala de aula. No Quadro 1 é possível verificar tais prescrições:

Quadro 1 – Disciplinas do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”

| Documentos analisados | Curso | Disciplina |
|--|------------------------|--|
| Estatuto do Educandário Nossa Senhora dos Anjos Internato e Externato (1953) | Pré- primário infantil | - |
| | Primário fundamental | - |
| | Primário Supletivo | - |
| | Profissional Doméstico | Cozinha teórica; Corte e confecções; Bordado a máquina e a mão; Pintura e flores; Jardinagem e horticultura; |

| | | |
|--|---|--|
| | | Lavanderia e higiene – enfermagem; criação |
| Regimento Interno do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos (1968) | Pré-primário (2º e 3º períodos) | Português; História; Geografia; Aritmética; Ciências e Religião. |
| | Primário (1º, 2º, 3º e 4º anos) | |
| | Complementar (5º ano) | |
| Estatutos do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos” [s.] | Curso Pré-primário (3 períodos) idade dos pequeninhos de 4 a 6 anos | - |
| | Primário Geral (5 anos): dividido em cursos: elementar e admissão | - |
| | Profissional Doméstico (2 anos) | - |

Fonte: Produção Própria, 2019.

Com base nesse quadro das disciplinas, a base curricular do Educandário Nossa Senhora dos Anjos, compunha as seguintes disciplinas: português, história, geografia, aritmética, ciências e religião²³. Além dessas disciplinas, haviam aquelas ligadas ao curso profissional doméstico: Cozinha Teórica; Corte e Confecções; Bordado à Máquina e a mão; Pintura e Flores; Jardinagem e Horticultura; Lavanderia e Higiene – Enfermagem; Criação.

Segundo o Estatuto do Ginásio Nossa Senhora dos Anjos (1953), “O curso Profissional Doméstico consta de dois anos, com direito a certificado de habilitação, e mais um ano de aperfeiçoamento, dando então o direito ao diploma de DONA DE CASA”.²⁴ Esse curso demandava algumas exigências, tanto que no Art. 7º do Estatuto do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos Internato e Externato (1953) determinava que seriam admitidas no Curso Profissional Doméstico apenas as alunas que tivessem dez anos de idades completos, sendo obrigatório também a matrícula no curso primário.²⁵ Sendo assim, o Curso Primário possibilitava que as alunas se qualificassem no Curso Profissional Doméstico, que em tese, refletia os anseios da sociedade da época.

Uma das disciplinas do ensino primário que eram valorizadas pelas irmãs e pela comunidade abagetubense era a Religião. Barros (2015) ao analisar a educação feminina nas décadas de 50 e 60, considera que nesse período havia a necessidade de um modelo educacional

²³ Não foi possível encontrar nos documentos as ementas das referidas disciplinas.

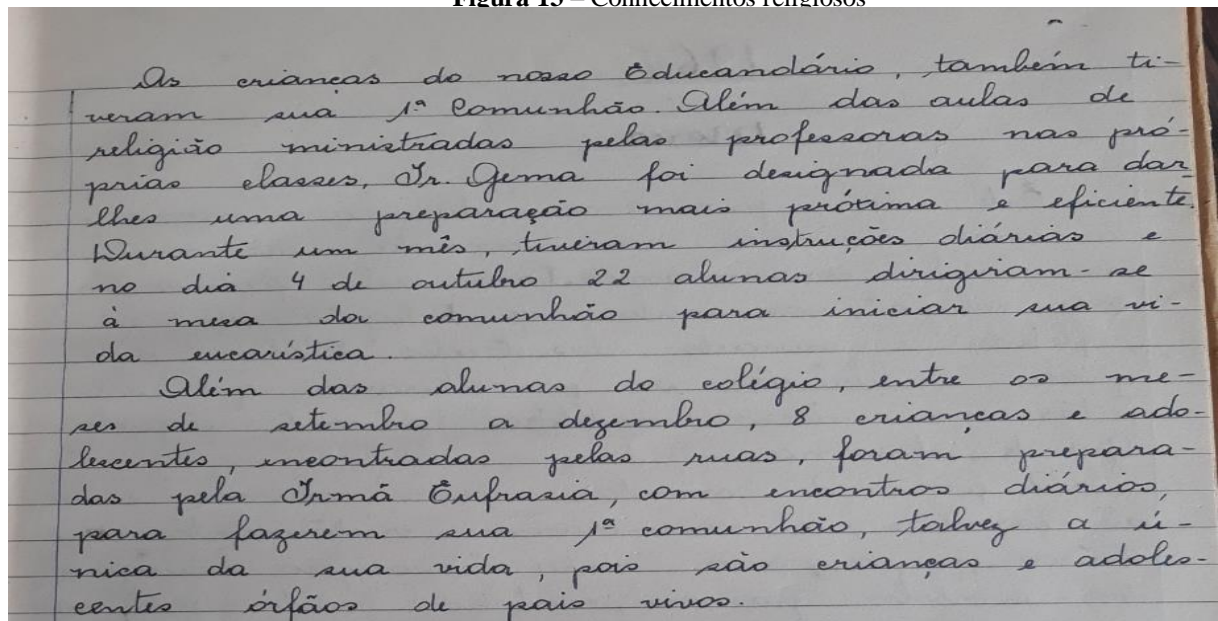
²⁴ ESTATUTOS DO GINÁSIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS, 1953.

²⁵ No Estatuto do Educandário Nossa Senhora dos Anjos Internato e Externato (1953) foi possível confirmar que o curso Profissional Doméstico fazia parte do Educandário, entretanto, este mesmo estatuto não esclarece se este curso era obrigatório.

que promovesse a formação integral das alunas, com múltiplos conhecimentos inclusive o religioso que na época era indispensável na formação feminina.

Em vista disso, a disciplina de Religião no ensino primário reforçava os princípios cristãos do colégio, além de ser ministrada em sala de aula também foi trabalhada com mais consistência pela irmã Gema, que contribuiu por um determinado período, com uma preparação mais eficaz nessa área. A Figura 13, aborda esse reforço religioso ministrado pela religiosa:

Figura 13 – Conhecimentos religiosos



Fundo: Livro de Ocorrências INSA, 1966.

Tomando por base as informações dispostas na Figura 13, é possível inferir que a formação tanto diária quanto temporária demonstra a importância dada a essa disciplina na instituição. Além das irmãs atuarem na evangelização feminina no colégio, elas faziam sua missão evangelística nas ruas, com crianças e adolescentes que encontravam pelo caminho, fazendo com que os valores cristãos fossem disseminados não somente entre suas alunas, mas para fora do colégio abrangendo inclusive outros sujeitos considerados órfãos de pais vivos.

Com base nessa disciplina que o colégio incluía no currículo escolar para formação de meninas, Louro (2010) ao destacar a educação feminina no período da Primeira República, revela que essa não poderia ser constituída sem uma boa formação cristã, princípios ligados à moral, que seria útil para a educação de filhos e filhas. Acredito que essa concepção foi produzida ao longo do tempo refletindo os interesses sociais de uma dada realidade.

Nesse contexto, as estruturas do mundo social são produzidas ao longo da história pelas práticas políticas, sociais e discursivas que articuladas constroem as suas imagens, afirma Chartier (1990). Deste modo, a formação feminina no Educandário comparava-se muito ao

ideal de formação feminina idealizado na Primeira República, que mesmo com a separação do Estado da igreja, a formação educacional de meninas não deveria ser desassociada da base cristã, a qual era reforçada como sendo importante para a formação moral da mulher, o que também contribuiria para educação de seus filhos.

Além das disciplinas de português, história, geografia, aritmética, ciências e religião identificadas no currículo, haviam as práticas educativas²⁶ listadas em: “Educação Moral e Cívica, Jogos, Recreação e Música”²⁷. Provavelmente essas práticas educativas estavam vinculadas às disciplinas em sala de aula.

Sobre esse viés, a Educação Moral e Cívica presente no currículo como prática educativa, se assemelha com a concepção educacional presente no ensino primário da Primeira República, que visava despertar na criança o amor patriótico e conseqüentemente o compromisso com o desenvolvimento do Estado, por meio de disciplinas, que estavam inseridas no projeto político dos republicanos que tinham o intuito de formar cidadãos que contribuíssem para o progresso do País. Esse ideal, pode ser identificado nos pensamentos de Silva e Costa, (2017):

[...] as disciplinas Rudimentos de História Pátria e Educação Moral e Cívica ministradas nos espaços escolares como um instrumento para preparar o verdadeiro cidadão. O fator primordial dessas disciplinas era disseminar, divulgar os ideais republicanos, valores patrióticos, tendo em vista que a educação passou a ser concebida como responsável pela organização da nação, formando, moldando, lapidando e repassando valores aos indivíduos (crianças) para que, no futuro, os mesmos possam representar sua pátria (SILVA; COSTA, 2017, p. 91).

Assim sendo, as disciplinas mencionadas pelo autor, visavam preparar o futuro cidadão, de forma que ele viesse contribuir com sua pátria. Com base nesses preceitos patrióticos, indícios assentam que as práticas de educação Moral e Cívica presente no currículo do Educandário, correspondia à preparação do cidadão para os seus deveres com a pátria, pois um dos objetivos presente no Regimento Interno do Educandário Nossa Senhora dos Anjos (1968), refere-se à formação integral da infância a fim de prepara-la para o perfeito conhecimento de seus deveres patrióticos²⁸.

Como é possível perceber no referido Regimento Interno, o currículo do colégio era pautado em disciplinas e práticas educativas, que além dos aspectos religiosos e domésticos

²⁶ É importante explicitar que não foram encontrados nos documentos da instituição a descrição dos métodos que orientavam as práticas educativas no ensino primário.

²⁷ Fonte: REGIMENTO INTERNO DO “EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS” (1968).

²⁸ Fonte: REGIMENTO INTERNO DO “EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DOS ANJOS” (1968).

voltados para a formação educacional de meninas, havia os ligados a formação cidadã no intuito de desenvolver na aluna o comprometimento com a Igreja e com o País.

Segundo Sacristán (2000), é por meio do currículo que a escola visa alcançar a concretização das funções sociais e culturais que lhe são atribuídas, de forma que venha transmitir concepções de mundo e interesses particulares em um dado momento histórico. Segundo esse mesmo autor, o currículo relaciona-se:

[...] com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social, pois é através dele que dota conteúdo, missão que se expressa por meio de usos quase universais em todos os sistemas educativos, embora por condicionante históricos e pela peculiaridade de cada contexto, se expressa em ritos, mecanismos, etc., que adquirem certa especificidade em cada sistema educativo (SACRISTÁN, 2000, p. 15).

Mediante esses aspectos, compreende-se que o currículo é projetado a fim de repassar por meio de práticas os princípios oriundos de concepção social defendida tanto pela instituição quanto pelas famílias abaetetubenses, tendo em vista o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”.

Sendo assim, o currículo do Educandário estava inserido em um contexto social que visava a formação de meninas para se tornarem futuras mulheres com base cristã, preparadas para assumir o papel que lhes era atribuído. Para Chartier (1990), o mundo como representação é moldado por meio de discursos que o apreendem e o estruturam, o que implica a uma reflexão sobre o modo como uma imagem desse tipo pode ser apreendida pelos leitores dos textos ou das imagens, que dão a ver e a pensar a realidade.

Em vista disso, o objetivo principal das Irmãs Missionárias Capuchinhas era transmitir os valores cristãos que contribuía na educação de meninas, visando os preceitos sociais e morais de uma época, que colocava a mulher em condições submissas às exigências de uma sociedade que não via no gênero feminino tanta produtividade como profissional.

2.5. Concepções e práticas avaliativas do ensino-aprendizagem

Segundo consta no Estatuto do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1953), no final do ano letivo era realizado os exames finais, tendo a fiscalização dos inspetores nomeados pelo Diretor geral da Educação Pública do Estado. E as provas realizadas bimestralmente ocorreriam em cada classe com provas escritas das disciplinas ministradas.

As alunas do ensino primário realizavam exames bimestrais que ocorriam na classe por meio de provas escritas das disciplinas; já os exames finais eram feitos a partir de provas escritas

e orais²⁹, que tinham a fiscalização de inspetores escolhidos pelo Diretor da Educação Pública do Estado.

Segundo o Regimento Interno do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1968), o aproveitamento escolar das alunas para aprovação para a série seguinte ou conclusão de curso era avaliado da seguinte forma:

Art. 27 – O aproveitamento escolar das alunas será avaliado por:

I – Média aritmética das notas mensais

II – Nota da prova final

§ 1º - A aluna de 1ª a 5ª série que não alcançar, no mínimo, 4 (quatro) pontos em cada disciplina básica (Português e Matemática) será considerado reprovado.

§ 2º – Os pontos a que se refere o parágrafo 1º deste artigo serão apurados da seguinte maneira:

Média aritmética das notas mensais + nota da prova final

2

Art. 28 – Será promovida à série seguinte ou será aprovada na 5ª série a aluna cuja a média for, no mínimo 5 (cinco) no conjunto das disciplinas.

§ ÚNICO – A média final de promoção e conclusão de curso será a média aritmética das médias gerais das disciplinas.

Art. 29 – A média final de conclusão de curso dos candidatos estrangeiros será a média aritmética das notas da prova final.

Art. 30 – Somente as alunas de 5ª série poderão fazer provas finais em 2ª época.

§ ÚNICO – Farão provas em 2ª época as alunas que:

I – Forem reprovadas em 1ª época.

II – Não obtiverem 75% de frequência às aulas durante o ano letivo.

III – Faltarem à prova final de 1ª época por motivo justificado e comprovado.

Art. 31 – A nota de reprovação será destacada com tinta vermelha, para melhor conhecimento dos pais.

Art. 32 – Para melhor aproveitamento da aluna, ser-lhe-á atribuída mais de uma nota semanal.

Art. 33 – As alunas que concluírem todo curso primário neste Educandário, poderão ser promovidas à 1ª série do Ginásio Nossa Senhora dos Anjos, a critério da Diretora, isentas do exame de seleção.

Art. 34 – A admissão de candidatas que não houverem concluído o curso primário neste Educandário, à 1ª série do Ginásio Nossa Senhora dos Anjos, será feita mediante exame de seleção (REGIMENTO INTERNO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, 1968).

As práticas avaliativas do ensino aprendizagem das alunas dava-se por meio de provas orais e escritas, realizadas para a promoção da série seguinte ou conclusão de curso. As notas das provas eram a soma da média aritmética das notas mensais somado a nota da prova final, dividido por dois. As alunas que alcançavam no mínimo 5 pontos no conjunto das disciplinas, eram promovidas para a série seguinte ou conclusão do curso, porém, as alunas da 1ª a 5ª série que não alcançavam pelo menos 4 pontos das disciplinas básicas de português e matemática eram consideradas reprovadas.

²⁹ Baseado nos mapas demonstrativos dos resultados das provas parciais e finais da Inspeção Escolar, referente a 2º e 3º série, no ano letivo de 1960.

Com base nesses requisitos de avaliação, mediante provas mensais e finais caracterizadas em orais e escritas, essa prática avaliativa comparava-se muito ao ritual de exame realizado ainda na Primeira República. Nesse período, segundo Coelho (2008), os exames para passar de classe e os exames finais, eram realizados por meio de provas que valiam dez pontos, distribuídas em conceitos como: ótima, boa, sofrível, má e péssima. Além do que, os exames também serviam para classificar os alunos, ressaltando uma distinção entre os que eram aprovados plenamente e os quais eram aprovados simplesmente. Ainda sobre essa perspectiva classificatória utilizada nos exames da Primeira República, Coelho (2015) revela que:

Os exames da escola primária foram mecanismos importantes para classificar e selecionar os alunos, pois pela seleção e classificação se confirmavam os atributos de rigor e austeridade do ensino da escola primária. Ao instituir a distribuição de prêmios na escola primária, o Estado reafirmava a valorização do mérito individual e reforçava a importância do esforço particular para alcançar um status elevado socialmente. Em uma sociedade balizada pela forte hierarquia e grandes desigualdades sociais, a premiação dos alunos que mais se destacavam nos exames ratificava a ideologia liberal do merecimento pessoal (COELHO, 2015, p. 214).

Nesse sentido, a classificação no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, contribuía também para aquisição do título de honra e mérito, evidenciado por meio de premiações que ocorriam no final do ano letivo com a entrega de prêmios para as alunas classificadas em primeiro lugar, como informa um livro de Ocorrências da própria instituição:

Encerramento do ano letivo de 1954. Às 9 horas houve a cerimônia de entrega dos boletins, sob a presidência do Presidente do Conselho Escolar, Sr. Edmilson Lobato. Houve entrega de prêmios para as alunas classificadas em 1º lugar. Seguiu-se a execução de um programa teatral com números apropriados à ocorrência do dia. (LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1954).

Com base nisso, ao término do ano letivo, além da avaliação do rendimento escolar e da entrega dos boletins, ocorria também uma pequena festa onde era entregue as premiações para as alunas que se destacavam em primeiro lugar nos resultados das provas. Supostamente, essas premiações serviam para colocar em evidência as alunas que se sobressaíam na avaliação, instigando outras meninas a alcançarem o mesmo reconhecimento individual, ou até mesmo colocarem em evidência as melhores alunas e as quais precisavam melhorar.

Outra forma de evidenciar a classificação das alunas que se destacavam na instituição, condiziam com a prescrição do Art. 31 do Regimento Interno do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1968), o qual prescreve que a nota de reprovação seria destacada com tinta vermelha para melhor visualização dos pais, supostamente para diferenciar as notas das alunas reprovadas e das alunas que foram aprovadas.

Outro processo de avaliação implícito nos Art. 32, 33 e 34 do Regimento Interno do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1968), corresponde a um processo que ia para além das questões escolares, porém que ainda estava ligado a ideia de classificação e de status. Ou seja, indícios revelam que as alunas destaques do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” recebiam uma nota extra semanal, assim como poderiam ser promovidas para a 1º série do Ginásio “Nossa Senhora dos Anjos, livres de exames de seleção. Porém, as alunas que não concluíram todo o curso primário no estabelecimento e desejavam cursar a 1ª série do Ginásio, deveriam passar por um exame de seleção, para de receber somente as alunas consideradas melhores na instituição.

Posto isto, as práticas avaliativas do ensino primário realizadas por intermédio de provas escritas e orais, revelam que o desempenho escolar das alunas era concluído apenas por números resultantes dessas provas, assim como classificação distinguindo as melhores alunas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no acervo documental do Instituto Nossa Senhora dos Anjos delimitado nos anos de 1953 a 1970, possibilitou analisar a trajetória do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” desde a tão esperada chegada das Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil a cidade de Abaetetuba até sua missão educacional nos anos que decorrem sua administração no colégio criado pelas religiosas. E ao analisar os documentos da instituição, contatou-se que o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” foi uma das primeiras nomenclaturas utilizadas pelas Capuchinhas na inauguração do colégio, dispondo na época do ensino primário direcionado para o público feminino.

Devido as condições de algumas documentações encontradas no acervo da instituição, assim como a organização e falta de algumas páginas que pudessem esclarecer o funcionamento de alguns cursos criados ao longo do tempo no Instituto Nossa Senhora dos Anjos, esta pesquisa focou no ensino primário, que foi o primeiro nível de ensino ofertado na implantação do intitulado Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, sendo a primeira nomenclatura oficial dirigida pelas Missionárias Capuchinhas no município de Abaetetuba.

Nas análises dos documentos da Instituição, foi identificado que o colégio não tinha, no começo da sua fundação a denominação Instituto “Nossa Senhora dos Anjos”. Esse nome só foi instaurado posterior a outras nomenclaturas que seguiram condizentes aos novos cursos que as Missionárias Capuchinhas conseguiram implantar no colégio. A princípio o colégio criado por elas recebeu o nome de Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, com os cursos pré-primário, primário e profissional doméstico, atendendo a princípio ao público feminino.

No percurso de ingresso das Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil na cidade de Abaetetuba, as religiosas foram muito importantes ao longo dos anos para o município, no que se refere aos aspectos educacionais, religiosos e assistencialistas. Neste interim, as Capuchinhas criaram uma instituição educacional por intermédio dos poderes municipais, dos poderes eclesiásticos e de grande parte da comunidade abaetetubense, possibilitando para muitas crianças e jovens da localidade uma educação considerada diferenciada na época.

Então, desde que as religiosas chegaram no município se empenharam em conseguir além do ensino primário novos cursos visando a necessidade local, instaurando o curso secundário e normal pedagógico, como forma de oportunizar para os sujeitos da comunidade condições de completarem seus estudos.

Além do aspecto educacional, as religiosas se preocupavam em disseminarem os valores cristãos da igreja católica para a comunidade, como forma de prestar assistência a vida espiritual

dos moradores abaetetubenses. Além da assistência espiritual, as Capuchinhas também promoviam ações que prestavam assistências aos menos favorecidos, inclusive concedendo bolsas às meninas de famílias desfavorecidas economicamente.

Ao nos reportamos à questão norteadora da pesquisa sobre a concepção pedagógica que orientava a proposta educacional para meninas dentro do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, pode-se dizer que os documentos analisados apontam que as Missionárias Capuchinhas, além de criarem o Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, administravam a instituição discernidas por diferentes funções pedagógicas, tais como: Superiora, Mestre de Trabalhos, Dirigente do Curso Profissional Doméstico e professoras, porém, os documentos não evidenciam detalhadamente como era realizada a formação das religiosas para despenharem suas funções no colégio, contudo, nota-se que essa formação ocorria quando elas viajavam para participar de cursos e congressos condizentes com o cargo que ocupavam no Instituto, que na maioria das vezes ocorriam em Belém-PA.

Referente a concepção pedagógica norteadora do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” os documentos analisados dão indícios que desde a inauguração do colégio, as Capuchinhas visavam uma educação pautada em princípios religiosos da igreja católica, assim como, a formação de meninas para se tornarem futuramente mulheres inseridas nos pressupostos dos anseios sociais da época, apoiados pelo Estado e pela igreja, revelando uma concepção conservadora de educação propagado com mais ênfase naquele período, em que as alunas deveriam ser formadas a partir de uma base cristã e para melhor desempenharem futuramente seu papel de mãe, esposa e do lar, aspectos estes condizentes com a vida doméstica.

Com esta finalidade, por meio de suas ações pedagógicas utilizadas no Educandário, as Capuchinhas adotavam um conjunto de práticas educativas apoiadas pela igreja católica assim como pelas famílias conservadoras que almejavam muito a presença das religiosas no município para atenderem “essas necessidades” da família cristã que prezava pela moral e pelos bons costumes e com regras a seguir por suas filhas.

Mediante estes preceitos, alguns traços encontrados nos documentos referentes aos métodos educativos utilizados no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, na época, embora pareçam ser reflexos de uma concepção ainda tradicional, eram orientados por uma concepção moderna, que visava o desenvolvimento da criança sobre a ótica da psicologia do desenvolvimento infantil, objetivando outros meios disciplinares - que não fosse mais os castigos físicos - para influenciar o comportamento das alunas.

Além desses métodos escolares, os documentos da instituição também determinavam no currículo escolar as disciplinas que deveriam ser trabalhadas em sala de aula, identificadas

como: Português, História, Geografia, Aritmética, Ciências e Religião. Além dessas disciplinas dispostas no currículo, haviam as práticas educativas listadas em: “Educação Moral e Cívica, Jogos, Recreação e Música, conforme apontados no corpo deste trabalho.

Em relação as práticas avaliativas do ensino aprendizagem das alunas no ensino primário realizado no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”, estas se davam por meio de provas orais e escritas, realizadas para a promoção da série seguinte ou conclusão de curso, e no final do ano letivo as alunas classificadas em primeiro lugar nas provas recebiam premiações.

Apoiado nesses procedimentos e atitudes, as práticas adotadas para avaliar o empenho escolar das alunas, evidenciam que a avaliação escolar era concluída apenas por números resultantes de provas, assim como classificação distinguindo as melhores alunas.

Mediante as prescrições encontradas nos documentos do Educandário que iam desde os objetivos educacionais para as alunas, métodos pedagógicos, disciplinas e práticas avaliativas, revelam que a instituição visava formar meninas nos pressupostos de uma educação, que além da base religiosa, valorizava o ideal feminino propagado no período, de forma que as alunas fossem formadas para desempenharem seu papel como futuras mães, esposas e do lar e assim suprir os anseios familiares da sociedade abaetetubense que não eram diferentes do restante do estado e do País que não via na mulher um sujeito produtivo social, cultural e político, a não ser transformar-se numa excelente esposa, mãe e dona do lar.

Essa pesquisa além de compreender a concepção pedagógica norteadora da educação de meninas no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” no período de 1953 a 1970 referente ao ensino primário, visa também contribuir com informações sobre a origem da Instituição Nossa Senhora dos Anjos, do mesmo modo, que outros estudos possam vir somar a este com novas descobertas referente a instituição, umas vez que são escassos os estudos sobre a Congregação Missionárias Capuchinhas e sua concepção educativa por todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Meninas Perdidas In: PRIORE, Mary Del. Organizadora. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 289 – 316.
- BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. Educação de Mulheres: a história da educação confessional no colégio São José – Óbidos – PA (1950 – 1962). In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva Araújo. **Educação e instrução pública no Pará Imperial e Republicano**. Belém: EDUEPA, 2015, p. 171 – 303.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados, In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004. p. 607 – 639.
- CALLOU, Maria Lucirene Sousa; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: assistência e educação de crianças pobres em Belém do Pará (1943-1967). In: **História e Educação na Amazônia**. ESTÁCIO, M. A. F; NICIDA, L. R. de A. Nicida. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016. p. 149 – 170.
- CARVALHO, Maria Goretti Cavalcante de. A congregação Missionária Capuchinha na história da educação e da saúde no Maranhão. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis dos. (Org.) **Migrações: religiões e espiritualidades**. – São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 498 – 512.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentistas. In: PRIORE, Mary Del. Organizadora. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 55 – 83.
- CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COELHO, Maricilde Oliveira. **Escola Primária no Estado do Pará (1920-1940)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de História da Educação e Historiografia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.
- COELHO, Maricilde Oliveira. Livros Escolares: portadores de formação do sentimento nacional. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva Araújo. **Educação e instrução pública no Pará Imperial e Republicano**. Belém: EDUEPA, 2015, p. 195 – 216.
- COSTA, Renato Pinheiro da; CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. A institucionalização do ensino no estado do Pará e as reformas educativas materIALIZADAS nos Grupos Escolares. In: **História e Educação na Amazônia**. ESTÁCIO, M. A. F; NICIDA, L. R. de A. Nicida. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016. p. 319 – 346.
- CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. **O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais**. DOSSIÊ: Empreendimentos sociais, elite

eclesiástica e congregações religiosas no Brasil República: a arte de “formar bons cidadãos e bons cristãos” Imperatriz, MA: pro.posições. V. 28, N. 3 (84) | Set/Dez. 2017. p. 63 – 76.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, Fortaleza – Ceará, 1980.

ESTATUTOS DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS” INTERNATO E EXTERNATO, Abaetetuba - PA, 1953.

ESTATUTOS DO GINÁSIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, Abaetetuba – PA, 1953.

ESTATUTOS DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS, Abaetetuba - PA, 1968.

FUNDAÇÃO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, Abaetetuba - PA, 1953.

GUMIEIRO, Fábio. **As ordens religiosas e a construção sócio-política no Brasil: Colônia e Império** Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 46, Curitiba, 2013. p. 63 – 78.

INSA 25 ANOS, Jubileu de Prata do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, 1953 - 1978.

ITAPIPOCA, Irmã Stella Maria de. [**Correspondência**]. Destinatário: Diretor da Pagadoria do Tesouro Nacional. Abaetetuba-PA, 1968. 1 Carta.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola Pública: a pedagogia crítica social dos conteúdos**. 28º ed. Edições Loyola Jesuítas. São Paulo, Brasil, 2004.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1954.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1955.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1959.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1966.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1967.

LIVRO DE OCORRÊNCIAS INSA, 1968.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004. p. 443 – 481.

MACHADO, Jorge. **Terras de Abaetetuba**, Abaetetuba, [s. n.], 1986.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del. Organizadora. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 55 – 83.

MORAES, Felipe Tavares de. Primeiro Governo de Lauro Sodré (1891 - 1897) e sua concepção política-educacional republicana: as reformas educacionais, seus objetivos políticos e finalidades educacionais. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva Araújo. **Educação e instrução pública no Pará Imperial e Republicano**. Belém: EDUEPA, 2015, p. 163 – 194.

NASCIMENTO, Maria I. M. **Instituições escolares no Brasil colonial e imperial**. Revista HISTEDBR On-line Campinas, n. 28, dez. 2007. p. 181 – 203.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004. p. 482 – 509.

OFÍCIO DO GINÁSIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, Abaetetuba – PA, 1954.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano M. de F; VEIGA, Cynthia G. **500 anos de Educação no Brasil**. – 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 43 - 59.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. Educação de meninas órfãs na concepção do Intendente Antônio Lemos em Belém do Pará (1900-1906). In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino; ALVES, Laura Maria da Silva Araújo. **Educação e Instrução Pública no Pará Imperial e Republicano**. Belém: EDUEPA, 2015. p. 245 – 269.

REGIMENTO INTERNO DO EDUCANDÁRIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS. Abaetetuba – PA, 1968.

RELATÓRIO E DADOS ESTATÍSTICO DO GINÁSIO “NOSSA SENHORA DOS ANJOS”, desde o início de sua fundação. Abaetetuba – PA, [S.D].

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano M. de F; VEIGA, Cynthia G. **500 anos de Educação no Brasil**. – 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 79 – 94.

SACRISTÀN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ermani F. da F. Rosa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2000.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009. p. 1 – 14.

SILVA, Antonia Milene da; COSTA, Maria Antônia Teixeira da. **A ESCOLA PRIMÁRIA NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: apontamentos teóricos**. RECEI Revista Ensino Interdisciplinar, v. 3, nº. 07, UERN, Mossoró, RN, 2017. p.

TONONI-REIS, Marília Freitas de Campos, **Metodologia de Pesquisa**. 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

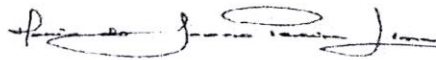
WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das Instituições Escolares de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. – Campinas, SP: – Coleção Memória da Educação, 2004. p. 13-35.

APÊNDICE

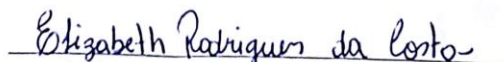
APÊNCICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE****BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.**

Prezado (a) Senhor (a).

Esta pesquisa é sobre A Concepção Pedagógica Norteadora da Educação de Meninas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (1970-1980) e está sendo desenvolvida pela discente Elizabeth Rodrigues da Costa, do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do (a) Prof^a. Dr^a Maria do Socorro Pereira Lima. O objetivo geral do estudo é: Analisar os princípios norteadores da proposta pedagógica que orientava o ensino Primário de meninas no Educandário “Nossa Senhora dos Anjos” (1953-1970). Os objetivos específicos da pesquisa consistem em: Identificar os princípios teóricos que nortearam a proposta educacional do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”; Identificar os métodos que orientavam as práticas educativas em sala de aula; Listar as disciplinas e suas ementas; Identificar as funções pedagógicas assumidas pelas irmãs no funcionamento do estabelecimento e Conhecer as práticas avaliativas do ensino-aprendizagem. Este trabalho visa contribuir para a constituição da história da educação abaetetubense, por meio de depoimentos de ex-alunas do referido instituto. Solicitamos a sua colaboração na concessão da documentação disponível na instituição, concernente ao período delimitado deste estudo, como também sua autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos da área da educação, bem como, na produção final em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, a instituição não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Os pesquisadores estarão a disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.



Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima- SIAPE 2271728
Faculdade de Educação e Ciências Sociais-FAECS
Campus Universitário de Abaetetuba


Assinatura do(a) discente responsável

Considerando, que o Instituto Nossa Senhora dos Anjos foi informado dos objetivos e da relevância do estudo proposto, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro que é de total consentimento da instituição a realização da pesquisa documental, que compreende cópias e/ou registros fotográficos dos documentos disponíveis no acervo do INSA, como também é de comum acordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que a instituição receberá uma via desse documento.

Abaetetuba, 17 de junho de 2019.



Vice-diretora da instituição

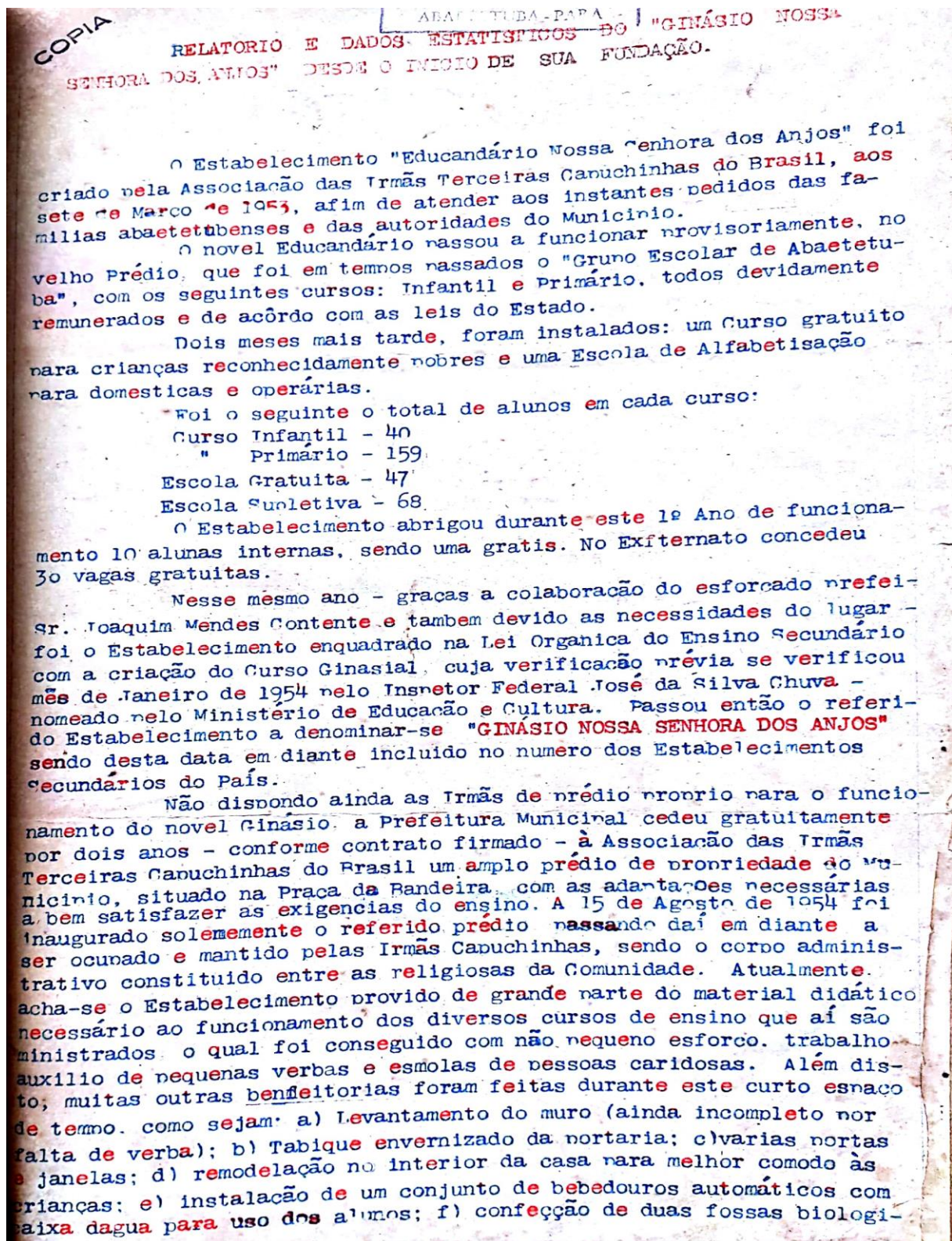
Ir. Ermenita dos Santos Coelho
Vice-Diretora
Formação em Gestão Educacional
Diploma REC. Port. nº 1186/85-REC/ES

Contato com o Pesquisador (a) que realizará o estudo:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Elizabeth Rodrigues da Costa, Telefone: (91) 982604263, residente no município de Barcarena, CEP: 68445-000. E-mail: rodriguesbetheliza@gmail.com.

ANEXO

ANEXO A – Relatório e Dados Estatísticos do “Ginásio Nossa Senhora dos Anjos” Desde o início de sua fundação.



ANEXO B – Carta da Diretora do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, ao Diretor da Pagadoria do Tesouro Nacional.

Da: Diretora do Instituto Nossa Senhora dos Anjos
Ao: Diretor da Pagadoria do Tesouro Nacional
Em: 18 de dezembro de 1968
Assunto: encaminha novos Estatutos

Senhor Diretor.

Tenho o prazer de encaminhar a V. Sia. os novos Estatutos do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, recentemente aprovados em Assembléia Geral Extraordinária. De conformidade com o que dispõem, o Ginásio Nossa Senhora dos Anjos e o Educandário Nossa Senhora dos Anjos passam a ser considerados Departamentos do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, bem como a Escola Normal do mesmo nome. Apenas o Instituto terá personalidade jurídica.

Aproveito o ensejo para renovar protestos de consideração e estima.

Cordialmente, com votos de Feliz Natal e Próspero Ano Novo,

Imã Stella Maria de Itapipoca
Diretora